



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

AMANDA MENDES DA SILVA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA REPRESENTAÇÃO:
UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA SOBRE
MULHERES E FEMINISMOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Marília
2023

AMANDA MENDES DA SILVA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA REPRESENTAÇÃO:
UMA ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA SOBRE
MULHERES E FEMINISMOS NA ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Ciência da Informação
Orientador: Prof. Dr. Walter Moreira

Marília
2023

S586f Silva, Amanda Mendes da
A função social da representação : Uma análise da
representação documentária sobre mulheres e feminismos na
organização do conhecimento / Amanda Mendes da Silva. --
Marília, 2023
89 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Walter Moreira

1. mulheres e feminismos. 2. função social dos sistemas de
organização do conhecimento. 3. representação documentária.
I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Impacto potencial desta pesquisa

O domínio das mulheres e dos feminismos na área da organização do conhecimento tem gerado algumas mudanças importantes para a reavaliação dos instrumentos de organização e representação do conhecimento na perspectiva do contexto social. No entanto, as premissas e diretrizes da organização do conhecimento também devem mudar, pois, a mudança da representação documental também contribui para a construção social das representações das mulheres. Em um ambiente informacional, quando os usuários se sentem bem representados, aumentam as chances de utilização daquele ambiente. Tornar o conhecimento e a pesquisa feminista visíveis em ambientes de informação requer a compreensão do domínio das mulheres e dos feminismos e das políticas pertinentes ao desenvolvimento da área de organização do conhecimento. Portanto, o desenvolvimento de pesquisas sobre organização do conhecimento em estreito diálogo com o domínio das mulheres e dos feminismos é fundamental para o processo de desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento mais responsivos à compreensão dos fatores sociais e culturais que afetam o acesso ao conhecimento. O interesse em desenvolver pesquisas sobre mulheres e feminismos é universal. Se os sistemas de organização do conhecimento negligenciarem o discurso feminista, eles podem se tornar obsoletos. Também é necessário destacar que as reflexões sobre o domínio das mulheres e dos feminismos também se preocupam com o porquê e como a opressão de gênero pode ser combatida, na tentativa de corrigir as desigualdades de poder nas relações de gênero.

Potential impact of this research

The women and feminisms domain in the knowledge organization area has generated some important changes for the reassessment of the instruments of organization and representation of knowledge from the perspective of the social context. However, knowledge organization's premises and guidelines are also supposed to change, since the modification of the documentary representation also contributes to the social construction of the representations of women. In an informational environment, when users feel they are properly represented, the chances of using that environment increase. Making feminist knowledge and research visible in information environments requires understanding the domain of women and feminisms and the politics pertinent to the development of knowledge organization area. Therefore, the development of research on knowledge organization in strict dialogue with the domain of women and feminisms is fundamental for the process of developing knowledge organization systems more responsive to the understanding of social and cultural factors that affect access to knowledge. The interest in developing research on women and feminisms is universal. If knowledge organization systems neglect feminist discourse, they may become obsolete. It is also necessary to highlight that reflections on the domain of women and feminisms are also concerned about why and how gender-based oppression can be fought, in an attempt to correct power inequalities in gender relations.

Amanda Mendes da Silva

A função social da representação:

Uma análise da representação documentária sobre mulheres e
feminismos na organização do conhecimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Ciência da Informação
Linha de pesquisa: Organização do
Conhecimento

Banca Examinadora

Prof. Dr. Walter Moreira
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Maria Antonio Sabbag
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Suellen Oliveira Milani
UFF – Universidade Federal Fluminense

Marília, 29 de março de 2023.

Dedico este trabalho ao notebook que me acompanhou pelos 4
anos da graduação, 2 de mestrado, e me deixou uma semana
antes da entrega desta dissertação

AGRADECIMENTOS

Ao **Professor Dr. Walter Moreira** pela orientação deste trabalho. Agradeço também por sempre ter incentivado e auxiliado na continuação da minha trajetória acadêmica. Você é minha inspiração profissional, obrigada pelo suporte, atenção e tempo dedicados para ler e ouvir as minhas dúvidas, pelo aprendizado compartilhado durante as (longas) reuniões. Agradeço acima de tudo por sempre ter me incentivado à pesquisa, a participar de eventos, a divulgar meu trabalho, por ter me feito acreditar que era capaz. Agradeço também a amizade construída a partir da orientação e constante preocupação com meu bem-estar acadêmico e pessoal, por me ensinar que não se divide “vida profissional” com “vida pessoal”, pois a vida é só uma. Acima de tudo agradeço o companheirismo, humildade, gentileza e por ser o “Walter Styles” em todos os momentos durante esse período. Saiba que sua influência foi além da acadêmica. Os meus mais sinceros agradecimentos.

Ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** por fazer o meu sonho se tornar realidade e financiar minha pesquisa.

Ao **GEORC** que me trouxe muitas lições, textos que levarei para minha vida. Agradeço principalmente às amigas que conquistei, vamos publicar muitos artigos pela frente e com direito aos melhores papéis para comemorar.

Às queridas **Suellen Oliveira Milani** e **Deise Maria Antonio Sabbag** por aceitarem compor a banca examinadora, e contribuírem com esse trabalho com sua leitura atenta, apontamentos que mudaram minha visão e melhoraram minha pesquisa.

A minha parceira de publicação, **Jéssica Beatriz Tolare**, minha metadinha. Obrigada por me acolher, me indicar os melhores caminhos e livros, por rir comigo, e dividir as dificuldades dessa trajetória. Eu não teria chegado até aqui sem o teu apoio.

“Em todos os momentos de minha vida há uma mulher que me leva pela mão nas trevas de uma realidade que as mulheres conhecem melhor que os homens e nas quais se orientam melhor com menos luzes.”

Gabriel García Márquez, Cheiro de goiaba (2014, p. 158-159).

RESUMO

A Ciência da Informação é responsável pelas manifestações concretas do conhecimento produzido por determinados grupos de domínios do conhecimento (CAPURRO, 2003), as mulheres são um grupo que tem em comum a vivência do feminino socialmente construído, como a linguagem, dimensões culturais, sociais e histórias. Entendendo a perspectiva de gênero no que se trata da mulher, a ciência da informação concede espaços para a representação plural e expressão de gênero nos sistemas de recuperação da informação. Levando isso em consideração, com esse trabalho pretende-se analisar a base bibliográfica, com destaque para os fundamentos teórico-metodológicos, e as perspectivas de pesquisas que contemplam a representação do domínio “mulheres e feminismos” na Organização do Conhecimento. Para isso foram propostos os seguintes objetivos específicos: a) compreender quais são os autores que constituem o referencial teórico dos estudos sobre mulheres e feminismos no campo da Organização do Conhecimento; b) verificar e comparar as metodologias empregadas na produção de estudos sobre mulheres e feminismos no campo da Organização do Conhecimento; c) identificar quais são as perspectivas futuras de estudos sobre o domínio do feminismo na Organização do Conhecimento. Sendo assim, este estudo mapeia o que se tem publicado na literatura científica acerca do domínio mulheres e feminismos nas linguagens documentárias e sistemas de organização do conhecimento. Foi utilizado o método de revisão de literatura. A identificação do corpus documental intermediário se deu pelas seguintes bases de dados: a) *Library, Information Science e Technology Abstracts* (LISTA); b) *Scopus*; c) *Web of Science*; d) Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e pelos anais de congresso do Congresso Brasileiro em Organização do conhecimento, e os anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Com a cobertura cronológica de 2011-2023. Foram encontrados 619 artigos que compuseram o corpus de análise intermediário, e com a aplicação dos critérios de exclusão o corpus de análise final foi composto por quatorze textos. Para o cumprimento do objetivo “a” foi realizada um levantamento bibliográfico das referências utilizadas para entender como se constitui a base bibliográfica sobre mulheres e feminismos na ciência da informação. Para o cumprimento dos objetivos “b” e “c” foi utilizada a metodologia de análise terminológica de Cabré (1993). A autora Hope A. Olson foi a que mais apresentou mais referências citadas pelo corpus selecionado, com incidência de 27 ocorrências, sendo apenas três artigos com incidência de três citações. Se tratando das metodologias utilizadas no domínio mulheres e feminismos, foram identificadas 6 metodologias utilizadas nas quais, a “análise de sistemas de organização do conhecimento” foi a mais utilizada. Se tratando as perspectivas de pesquisa no campo, a maioria dos autores ressalta pesquisas em que se prioriza identificar a desigualdade de gênero e abordar assuntos como a ética nos sistemas de organização do conhecimento e a melhoria das representações terminológicas.

Palavras-chave: Mulheres e feminismos; Função social dos sistemas de organização do conhecimento; Representação documentária

ABSTRACT

Information Science is responsible for the concrete manifestations of knowledge produced by certain groups of knowledge domains (CAPURRO, 2003), women are a group that has in common the experience of the socially constructed feminine, such as language, cultural, social dimensions and Stories. Understanding the gender perspective when it comes to women, information science gives spaces for plural representation and gender expression in information recovery systems. Taking this into consideration, with this work it is intended to analyze the bibliographic base, especially the theoretical- methodological foundations, and the prospects for research that contemplate the representation of the domain “women and feminisms” in the organization of knowledge. For this, the following specific objectives were proposed: a) to understand which authors constitute the theoretical framework of studies on women and feminisms in the field of knowledge organization; b) Verify and compare the methodologies employed in the production of studies on women and feminisms in the field of knowledge organization; c) Identify what are the future perspectives of studies on the domain of feminism in the organization of knowledge. Thus, this study maps what has been published in the scientific literature on women and feminisms in documentary languages and knowledge organization systems. The literature review method was used. The identification of the intermediate documentary corpus was due to the following databases: a) Library, Information Science and Technology Abstracts (list); b) scopus; c) Web of Science; d) Referential database of journal articles in Information Science (BRAPCI) and the Annals of Congress of the Brazilian Congress in Knowledge Organization, and the annals of the National Meeting of Information Science Research (ENANCIB). With the chronological coverage of 2011-2023. There were 619 articles that composed the intermediate analysis corpus, and with the application of the exclusion criteria the final analysis corpus was composed of fourteen texts. To comply with the “A” objective, a bibliographic survey of the references used to understand how the bibliographic basis on women and feminisms in information science was constituted. To fulfill the objectives “B” and “C” the methodology of terminological analysis of Cabré (1993) was used. Author Hope A. Olson was the one that most presented the most references cited by the selected corpus, with an incidence of 27 occurrences, with only three articles with three citations incidence. When it comes to the methodologies used in the domain women and feminisms, 6 methodologies used were identified in which “the analysis of knowledge organization systems” was the most used. In the case of research perspectives in the field, most authors emphasize research in which it is prioritized to identify gender inequality and address issues such as ethics in knowledge organization systems and the improvement of terminological representations.

Keywords: women and feminisms; social function of knowledge organization systems; documentary representation

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Tema e problema	14
1.2	Justificativa	15
1.3	Objetivos	16
2	A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	17
3	O DOMÍNIO DO FEMINISMO	25
4	A MULHER E O FEMINISMO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	36
5	A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA PELA PERSPECTIVA DE ANÁLISE DE DOMÍNIO	43
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
7	RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
7.1	A base bibliográfica sobre feminismo na literatura da ciência da informação	53
7.2	Metodologias mais utilizadas no domínio mulher	60
7.3	As perspectivas de pesquisa no domínio mulher e feminismos	66
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	72
	APÊNDICE A – Referência corpus de análise	82
	APÊNDICE B - Referências mais utilizadas no domínio mulheres e feminismos	84

1. INTRODUÇÃO

Entre os objetivos e funções da ciência da informação (CI) estão a análise das relações entre discursos, comunidades e documentos, bem como suas interações e interpretações (CAPURRO, 2003), portanto a CI também é, de certo modo, corresponsável pelas manifestações específicas construídas por determinados grupos ou áreas de conhecimento. Diante disso, e dada a relevância das questões feministas para a compreensão das relações humanas no contexto atual, considera-se necessário identificar, descrever e interpretar o olhar que a CI dedica ao domínio que caracteriza as mulheres e os feminismos com o objetivo de identificar suas representações.

A Organização do Conhecimento (OC) representa domínios do conhecimento com a construção de sistemas de organização do conhecimento, como vocabulários controlados, cabeçalhos de assuntos e tabelas de classificação. Esses instrumentos de organização oferecem suporte a OC, para poder alcançar o conhecimento com mais facilidade e eficácia, assim, gerando uma organização do conhecimento socializado.

Maimone (2006) entende as linguagens documentárias como construções utilizadas para caracterizar o conteúdo dos documentos, transformando-os em informação passível de ser estocada, pesquisada e transferida. Nesse sentido, uma LD funciona como código utilizado no processo de indexação, o que a leva a ser conhecida também como linguagem de indexação. Tálamo (1997) descreve a linguagem documentária como uma linguagem construída, em oposição à linguagem natural, na qual o objetivo específico é tratar a informação para fins de recuperação. Em alguns casos, autores se utilizam da denominação “linguagem documental” para se referir as linguagens documentárias pela aproximação com as linhas de pesquisa espanholas e portuguesas, neste trabalho, para fins de controle terminológico, será considerado o termo “linguagens documentárias” de acordo com a linha francesa de pensamento. Nos casos de citação direta, contudo, respeitar-se-á a grafia empregada originalmente pelos respectivos autores.

Os sistemas de organização do conhecimento (SOC) são aplicados para indicar a organização do conhecimento em estruturas conceituais compreensíveis, que podem ser aplicadas na organização e recuperação da informação em diversos tipos de unidades de informação (MOREIRA, 2018). Barité (2013), em seu Dicionário

de organización del conocimiento, define SOC como uma linguagem de representação temática por meio da qual documentos em qualquer suporte ou estrutura podem ser encontrados através de símbolos, expressões codificadas ou linguísticas.

Fujita, Santos e Alves (2018), a fim de realizar um controle terminológico entre os termos linguagens documentárias e sistemas de organização do conhecimento, perceberam que esses termos são utilizados sem distinção terminológica por serem termos de um mesmo domínio. As autoras diferenciam os termos pelas correntes teóricas que cada um representa. O termo “linguagem documentária” foi adotado pela linha de tradição francesa, e é muito utilizado na literatura ibero-americana, principalmente no Brasil. O termo “sistemas de organização do conhecimento”, segundo Zeng e Chan (2004, p. 377), é relativo “às ferramentas que apresentam a interpretação das estruturas do conhecimento”.

Os SOC e as LD expressam, explícita ou implicitamente, um ponto de vista. Segundo Sales (2019), a representação dos pontos de vista se dá pela particularidade sobre a realidade, a autora explica que, como sistema relacional construído, o significado de cada um de seus elementos está diretamente subordinado às definições correspondentes aos elementos colocados nas posições superior do sistema.

As representações, como aponta Moreira (2017, p. 365), “são aproximações da realidade e são seletivas, captam-se umas coisas e ignoram-se outras e a partir disso, dessas decisões, revelam-se as visões de mundo, opta-se por um determinado compromisso ontológico”, que atuará como elemento de coesão para o ponto de vista adotado.

Há uma tendência crescente no desenvolvimento de pesquisas que incorporam abordagens que visam estudar as relações entre a mulher e/ou na organização do conhecimento, tanto em âmbito internacional como brasileiro, tais como: Adler (2017), Beghtol (1986, 2002), Espírito Santo (2008), Fayet-Scribe (2007), Fox (2011, 2012), López-Huertas (2006, 2007), Milani (2010), Olson (2002, 2007), San Segundo (2015, 2016, 2020), entre outras. Pelas relações entre discursos, domínios de conhecimento e documentos do ponto de vista de diferentes comunidades de usuários, as mulheres constituem um grupo que tem em comum a experiência do feminino socialmente construído, como a linguagem e o cultural, social e histórico.

Espírito Santo (2008) destaca que a década que a discussão de gênero começou ser abordada é a de 1970, enfatiza a construção e organização social das relações de gênero, evoca a ideia de que as culturas que envolvem homens e mulheres são diferentes e revela aspectos além do determinismo biológico.

Entendendo que os sistemas de organização do conhecimento e a própria CI representam o pensamento tradicional da sociedade, isso está no tempo e no lugar e é na intenção de melhorar essas ferramentas de uma forma que não condiz com as mudanças da sociedade.

1.1 Tema e Problema

Neste trabalho, compreende-se que as LD e os SOC não são universais, e nem mesmo universalizantes, e que são construídos como modelos ou aproximações da realidade de diferentes culturas que incluem e/ou excluem conceitos, o que resulta em um desafio ético relativo à representação.

Uma vez que todos não são representados corretamente ou não se sintam refletidos nos SOC, pode haver o afastamento do sistema de informação como um todo, por não se ver incluído no mesmo.

Quando um termo é representado por um viés, além de não representar corretamente um determinado grupo, pode influenciar na precisão e recuperação da informação, Olson (2002) entende que o viés (*bias*) se refere as questões subjetivas ou discriminatórias, as quais perpetuam preconceitos.

Desse modo, apresenta-se como problema geral de pesquisa investigar a influência que os SOC expressam na representação documentária sobre mulher. Assim, coloca-se como problema específico para a presente proposta: Quais são os marcos teóricos, as abordagens metodológicas e os debates atuais acerca do feminismo na área de Organização do Conhecimento?

Considerando-se esses elementos, a pesquisa irá investigar a literatura que contempla a representação do domínio mulheres e feminismos presente na organização do conhecimento. Desse modo, espera-se compreender como o domínio mulheres e feminismos está sendo entendido e utilizado pelos pesquisadores.

1.2 Justificativa

Abordar o tema e a problemática que envolve a mulher na OC justifica-se pela forma como essa questão tem gerado recentemente mudanças que devem ser compreendidas e explicadas pela OC, tanto no aspecto temático quanto no descritivo. Consequentemente, é necessário reavaliar os instrumentos documentais sob a perspectiva do contexto social.

A representação do conhecimento aplicada a diferentes domínios, como no caso do feminismo, não se dedica exclusivamente a resolver seus próprios problemas de configuração estrutural. Segundo Barité (2008), dentro dos campos especializados há cada vez mais consciência de que nenhuma disciplina tem capacidade de resolver problemas estudando a si mesma, a complexidade inerente aos domínios obriga-os a aceitar as diferentes análises e, portanto, à uma tendência a favorecer abordagens interdisciplinares.

Cabe argumentar ainda que o conhecimento é construído socialmente justamente porque é representado desse modo que as bibliotecas são instrumentos de organização social do conhecimento. A representatividade das bibliotecas passa, naturalmente, por sua credibilidade. Quando o usuário se sente representado no ambiente informacional, tende a utilizá-lo com maior frequência. Esse sentimento de inclusão, de pertencimento, também depende da qualidade do conjunto de representações que permeiam sua relação com o conhecimento. Como destaca Olson (2002), a linguagem proposta para um determinado ambiente informacional pode também marginalizar ou excluir o outro da norma ou do que pode ser considerado como o público singular.

Um exemplo clássico desse modo de exclusão ocorre quando, na CDD, as religiões afrodescendentes não são devidamente representadas, ocupando posições marginais. Problemas como esse e diversos outros são resultados de uma concepção de sistema de classificação assentada no modo eurocêntrico e único de conhecer, capaz de transformar todo conhecimento produzido pelos diferentes grupos em saberes desqualificados, quase sempre sujeitados aos cânones da ciência.

Assim, esta pesquisa é considerada relevante para a ciência da informação pois contribui para a produção científica da representação do conhecimento. E levanta considerações a perspectivas de gênero, no que se trata da mulher dentro

do espectro de gênero, concedendo espaços para uma representação plural e expressões de gênero nos sistemas de recuperação da informação.

1.3 Objetivos

Propõe-se como objetivo geral analisar a base bibliográfica, com destaque para os fundamentos teórico-metodológicos, e as perspectivas de pesquisas que contemplam a representação do domínio “mulheres e feminismos” na Organização do Conhecimento.

Para isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- A. Compreender quais são os autores que constituem o referencial teórico dos estudos sobre mulheres e feminismos no campo da Organização do Conhecimento;
- B. Verificar e comparar as metodologias empregadas na produção de estudos sobre mulheres e feminismos no campo da Organização do Conhecimento;
- C. Identificar quais são as perspectivas de estudos sobre o domínio mulheres e feminismos na Organização do Conhecimento.

2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representação se relaciona a ideias e pensamentos sociológicos, tendo sido enfatizado e estudado por Emile Durkheim durante o período clássico como um método de análise da realidade coletiva que expressa os conhecimentos, crenças e sentimentos dos grupos sociais.

Durkheim (1987, p. XXVI) afirma que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam”. O autor também considera que a representação do indivíduo é diferente da representação social, pois leva em consideração fatores diferentes. Consequentemente, é necessário levar em consideração sua natureza social não individual e atentar-se ao fato de que o mundo é composto de representantes.

Durkheim em sua obra “As formas elementares da vida religiosa”, de 1983, analisa o sistema religioso primitivo (cultos australianos) para entender suas formas elementares e a natureza do homem. Há nessas sociedades a presença da consciência coletiva que define as formas de agir e pensar coletivo, segundo Durkheim “tudo é comum a todos”. A representação coletiva quando estruturada na religião ajuda as pessoas a perceberem o mundo da mesma maneira.

Durkheim afirma que a religião é uma coisa, acima de tudo, social, assim as representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo (DURKHEIM, 1983, p. 212).

Portanto, as representações formam um sistema de ideias, que neste caso formam um sistema de práticas que buscam expressar o mundo por meio de ritos e cultos. A ciência é outro exemplo disso. A ciência consiste em um sistema de ideias sobre o mundo. No entanto, a ciência analisa objetivamente os objetos, e os classifica de acordo com os critérios adotados pela comunidade científica.

O conceito de representação social reaparece na psicologia social. Moscovici (1982) defende a substituição do termo “coletivo” por “social” e amplia seu significado: não apenas traduz, mas também constrói outro tipo de conhecimento.

A teoria das representações sociais criada por Moscovici teve início em 1961,

com a publicação de *La Psychanalyse: son image et son public*, nessa obra o autor estuda a representação social da psicanálise. Jesuíno (1993) afirma que, por meio dessa obra, Moscovici buscou desvendar e ampliar sua hipótese sobre o processo e o conceito de representação social.

Moscovici (1982) argumenta que as representações sociais expressam conceitos e combinações de explicações construídas por meio da comunicação interpessoal que ocorre em contextos sociais cotidianos. Essas representações sociais estão mais próximas dos mitos e sistemas de crenças sociais. O autor as entende enquanto uma versão contemporânea do senso comum, assim como Durkheim.

A teoria de Moscovici se aproximou da psicologia e da sociologia, apoiada nas noções de representação coletivas propostas por Durkheim. A representação social coletiva procurava explicar diversos fenômenos psíquicos e sociais como a religião, mitos, ciência, porém não procurava entender os processos que dão origem a esses modos de pensar. Sá (1993), procurou compreender a perspectiva psicossociológica, pela qual os indivíduos não são apenas processadores de informações ou portadores de crenças e ideias, mas também pensadores ativos e criadores da realidade.

Moscovici (1982) compreendeu que a representação é o resultado de um conjunto de saberes, crenças e outros aspectos. Resulta também da descrição do processo de estruturação e construção da troca de ideias realizada pelas pessoas no cotidiano. O autor também especifica que quando estudamos representações, estudamos questões e buscamos respostas para questões dos indivíduos estudando o ser humano como um ser pensante e não como um ser automatizado.

Segundo Moscovici (1982) existem três hipóteses para a construção das representações: a) hipótese de interesse: tenta criar imagens capazes de expressar ou acobertar intentos individuais ou coletivos; b) hipótese do desequilíbrio: as ideologias e o conhecimento do mundo são meios para resolver as tensões psicológicas e afetivas que derivam da falta de uma sociedade integrada; c) hipótese de controle: os grupos geram representações destinadas a atuar como filtros para as informações provenientes do ambiente e moldar o comportamento individual.

Moscovici (1982) define o processo de construção de uma representação como a transformação do incomum em familiar para facilitar o discernimento. Além disso, resulta da descrição do processo de estruturação e constituição das trocas

conceituais realizadas pelas pessoas no seu cotidiano. Moscovici chama esse processo de ancoragem, por meio do qual se permite que algo não familiar entre na rede de categorias e seja comparado com outro elemento que já faz parte da categoria.

Abric (1998) argumenta que a representação social é composta por dois núcleos, os periféricos e os centrais. O cerne da representação é onde estão as menções e o que dá consistência ao fenômeno coletivo. É a regra que rege o pensamento social enquanto os elementos envolventes permitem a inclusão de várias representações pessoais ligadas à história do sujeito (ABRIC, 1994, p. 79-80).

Segundo Abric (1998, p. 31) o significado da “expressão social” é fornecido pela função do núcleo central “o elemento pelo qual se cria ou se transforma a significação de outros elementos constitutivos da representação”. Por outro lado, o núcleo periférico tem uma importância ligada ao funcionamento e dinâmica das representações, pois são menos estáveis e mais permeáveis que os do núcleo central, além de permitir a interferência individual na representação, sem comprometer sua centralidade.

Abric (1994, p. 83) destaca que “os elementos novos e discordantes vão ser integrados nas representações por uma transformação do sistema periférico”, assim, o núcleo central da representação permanece estável e insensível às mudanças até que a situação seja verificada, para chegar ao ponto onde ocorre uma transmutação real, porém superficial, da representação. Entretanto, quando a situação é percebida como irreversível, as práticas novas ainda que contraditórias têm importância na transmutação da representação (ABRIC, 1994, p. 83).

As teorias da representação de Moscovici e Durkheim não resolvem o problema de senso comum, como coloca Santos (1998, p. 155), pois “na construção do senso comum, sujeito, objeto e sociedade são considerados inseparáveis e busca-se compreender processos intra e interindividuais que ocorrem simultaneamente em contextos históricos e socioculturais precisos”. Sendo assim, o estudo das representações precisa de uma articulação entre os núcleos para evitar representações rasas.

É significativo ressaltar que para algo ser representado deve estar relacionado ao contexto social. Assim, deve abranger os recursos humanos, psicológicos, biológicos e sociais que orientam um tema específico, em sua diversidade. Neste caso particular, este objeto são as mulheres e os feminismos.

Arruda (2003) argumenta que a hipótese das representações sociais e o feminismo compartilham uma ampla gama de características comuns no que diz respeito aos objetos que utilizam e aos métodos mais adequados em sua abordagem:

1. Destinam-se a revelar e/ou conceituar aspectos de objetos até então subvalorizados pela ciência, considerados como menos (a mulher, o senso comum; 2) tomam seus temas/objetos ao mesmo tempo como processo e produto, o que exige abordagens mais dinâmicas e flexíveis; 3) considerando que o método decorre das características do objeto, da teoria adotada e busca a reunião desses dois para de gerar o conhecimento, trabalham com tais objetos/temas de formas não obrigatoriamente canônicas, ousando metodologias criativas, nem sempre específicas daquela área disciplinar, e nem sempre consideradas legitimamente científicas na área (ARRUDA, 2003, não paginado).

Essas características, de acordo com Arruda (2003), atualizam conhecimentos específicos, e experiências de vida com a finalidade de adequar as características multifacetada da sociedade e dos grupos sociais.

As feministas se preocupam constantemente com a representação da mulher na sociedade, a chamada crítica feminista da representação, que tem início com a necessidade da mulher francesa de ser representada politicamente e posteriormente social e esteticamente.

Rabenhorst e Camargo (2013) entendem o discurso da representação feminista em outros três planos: 1) representação social, que trata da representação do próprio feminismo como movimento social e político; 2) representação política, que envolve discordâncias sobre a personalidade e os interesses das mulheres representadas; 3) representação estética, que inclui as discordâncias sobre a representação no campo da arte.

A representação social e o conceito de gênero e feminismo abrem um discurso que é construído perante a sociedade sobre o feminismo e as representações pessoais como as desigualdades sofridas por mulheres em cargos de alta responsabilidade. Rabenhorst e Camargo (2013) observam que a representação social feminista reflete julgamentos prévios negativos. Embora as reivindicações sejam justas.

O movimento feminista no geral, é recebido com uma reação hostil pela sociedade, por isso Rabenhorst e Camargo (2013) levantaram duas hipóteses sobre os dilemas acerca dos problemas sociais que impactam negativamente o

movimento: a) a posição política tomada por mulheres ligadas ao feminismo, b) a aprovação de novos modelos de família, nos quais se incluem casamento de pessoas LGBTQIAP+.

Apesar da oposição ao movimento, é possível encontrar discursos na sociedade que atestam e defendem o fato de que a mulher sofre injustiças e/ou desigualdades de gênero. Por isso, devido à diversidade de movimentos em que abrangem o feminismo e a amplitude que o conceito vem ganhando, a identificação com o feminismo pode vir a angariar maior visibilidade, respeito e investimento da maior parte da sociedade em algum momento.

É possível perceber que o que se considera como representações sociais e identificação adequada das mulheres decorre da desconstrução de preconceitos, como o machismo, que impedem a naturalização de algumas construções sociais, por exemplo, preconceitos de gênero, como menores salários para mulheres cargos semelhantes aos que ocupam os homens, e que podem ser potencializados por questões de raça também, se a mulher em questão for negra ou indígena.

No âmbito das representações políticas, o foco principal eram as reivindicações das mulheres. No século XVIII, a questão da identidade feminina estava em pauta, foi motivada por julgamentos negativos sobre a capacidade das mulheres de ocupar o espaço público e a participação política. Butler (2003) faz uma crítica à representação da mulher como uma categoria fixa e permanente, mas a autora entende a representação como uma função normativa que não inclui a mulher antes da formação do discurso. Em outras palavras, a própria representação cria os sujeitos que deveria representar.

Young (2006) trata da representação política com o modelo identitário de representação e o problema da representação minoritária. A autora parte da premissa de que os modelos identitários de representação cristalizaram identidades que, considerando-se as realidades dos fatos, deveriam estar em constante movimento de construção e reconstrução:

O processo unificador requerido pela representação de grupos buscaria congelar relações fluidas numa identidade unificada, o que poderia recriar exclusões opressivas.

[...]

Nenhum representante único poderia falar por qualquer grupo, já que os indivíduos que o compõem mantêm relacionamentos por demais entrecruzados (YOUNG, 2006, p. 142).

Young (2006) propõe não desacreditar a representação ou relacioná-la a uma lógica de identidade. A autora entende que a representação identitária causa problemas, pois segue o modelo de substituição, em que os representantes só podem fazer o que os representados fariam. Rabenhorst e Camargo (2013) apresentam outro modelo de representação identitária, que consiste em encontrar fortes semelhanças entre pessoas de uma determinada categoria e a partir daí criar uma figura para representá-las, ao invés de tentar substituí-las. Segundo os autores o problema desse modo de representação é encontrar fortes semelhanças, considerando a complexidade e a interseccionalidade das relações e opressões contemporâneos.

Outro modelo de representação que pode substituir a representação identitária é a "Perspectiva de Relacionamento". O ponto de partida é o conceito de *différence* de Derrida, no qual o reconhecimento da existência de uma separação irreduzível entre o representante e o representado não deve ser considerado um problema (DERRIDA, 1991).

As representações baseadas em correlação dependem da existência de laços entre o representante e o representado, estabelecidos ao longo do tempo e da distância, um exemplo disso é a representação política. Young (2003) explica que a função de representante político falando em nome de outrem não deve ser confundida com a necessidade de identidade, uma vez que o representante não fala como os votantes falariam, mas procura estar presente para eles em sua ausência (YOUNG, 2003, p. 149).

A representação estética abarca em grande parte o campo das artes, como o olhar e a construção de imagens. A crítica feminista questiona como as mulheres são representadas nas artes através de um olhar que não é neutro, mas sim, um ato submetido a uma gestão social. John Berger (1987) explica que existe na arte ocidental "um regime do olhar", através do qual os homens atuam enquanto as mulheres aparecem. Em outras palavras, as mulheres se relacionam com uma postura passiva enquanto os homens se relacionam com a ação a construção do mundo e a capacidade cognitiva.

Berger (1987) entende que esse "regime do olhar" determina não apenas a relação entre homens e mulheres, mas também as relações das mulheres consigo mesmas. As imagens carregam consigo informações sobre "o que é e o que não é feminino", mostram como uma mulher deve ser, mas sempre do ponto de vista de

um homem ou do ponto de vista de outras mulheres.

Rabenhorst e Camargo (2013) expressam que ser feminina significa mostrar-se como um espetáculo (*speculum*, espelho) aos olhos dos homens e de outras mulheres. A maneira como elas olham para as imagens que produzem (pinturas, publicidades, cinema) é um olhar para o protótipo feminino construído pelo homem.

Outra perspectiva social se dá pelos estudos de gênero. A representação nesse campo de estudo, segundo Lauretis (1984), segue a ideia de que a mulher não pode ser pensada como “a outra”, a identidade feminina pode ser concebida como uma identidade aberta, sempre construída a posteriori, e não como uma identidade dada de antemão.

Seguindo esse pensamento, fica clara a relação entre representação estética e representação política. A dificuldade de representar as mulheres é um dos pontos em que o movimento feminista inclui o enfraquecimento de seu sujeito político, uma vez que a não representação da mulher gera dificuldade em identificar quais seriam as reivindicações feministas.

A crítica feminista à representação se baseia em dois eixos principais, segundo Arruda (2003): a) “não-representação”, ou seja, a ausência ou exclusão da mulher na produção do conhecimento e b) “representação insatisfatória”, que compreende os códigos representativos dominantes interligados a produção da imagem de mulheres e as retóricas difundidas pelos códigos.

Arruda (2003) também destaca a necessidade de um olhar crítico sobre a representação e de estimular tentativas de rejeição e questionamento da noção de representação ou de suas propriedades intrínsecas. A autora também apresenta a representação como um dos primeiros passos em direção a uma política representativa pós-identitária, pois “uma vez que estratégias de apropriação capazes de evitar a coisificação e influenciar criticamente a retórica segundo a qual não apenas as noções que normalizam a feminilidade, mas também a categoria e o sujeito ‘mulher’” (ARRUDA, 2003, p.6).

Uma das maneiras de se entender as questões de representação é pela perspectiva do domínio. Guimarães (2014) explica que o domínio é o objeto de análise no qual ocorre a aplicação de um determinado princípio de organização do conhecimento. A partir da identificação do conjunto de características usuais, que criam um critério de semelhança ou diferença, é possível agrupar coisas semelhantes e separar coisas diferentes. Com isso em mente, é essencial entender

como a representação de documentos se relaciona com a análise de domínio, conforme será explicado na próxima seção.

3. O DOMÍNIO DO FEMINISMO

Stanton (1891), Gamble (1894) e Gage (1893) concordam que a humanidade viveu uma era matriarcal. Segundo as autoras, o matriarcado teria sido uma época de supremacia feminina na qual as mulheres exerceram poder sobre os homens como chefes de família (STANTON, 1891; GAGE, 1893; GAMBLE, 1894). As autoras também apresentam uma explicação histórica para a origem do patriarcado, Stanton e Gamble entendem que uma transformação ocorreu ainda nas eras primitivas. Para Stanton, a dominação masculina é resultado do desejo dos homens por fixar residência e estabelecer casamentos monogâmicos, assim, as mulheres teriam ficado limitadas aos deveres de casa e com a introdução do cristianismo ganharam uma posição sagrada na religião (Stanton, 1891, p. 226-227).¹

Em se tratando dos desdobramentos das sociedades patriarcais, até meados do século XX, o homem aparece como categoria universal para se referir aos seres humanos, de modo geral, pois a ciência era pensada por homens, que não permitiam a voz e visibilidade feminina, por isso a mulher aparece como “desviante” ou *Gender Trouble*, termo cunhado por Judith Butler (1988) que fala sobre mulheres fora do padrão imposto pela sociedade ou ainda àquelas pessoas que não se enquadram nas limitações binárias de gênero, mulheres cisgênero ou transexuais que são tidas como desviantes da norma padrão, ou como Simone de Beauvoir (1980), chama: “o outro”.¹

Em sua maioria, a sociedade considera a mulher como um ser secundário desde a divisão dos papéis entre homens e mulheres, na sociedade agrícola a divisão sexual do trabalho é uma característica marcante, o fato da mulher gerar o filho e amamentá-lo, desenvolvendo questões do cuidar como papel principal da mulher.

A forma histórica do patriarcado, que “se viabiliza ao associar ideológica, arbitrariamente, e a secundidade ao feminino em vista de seu papel na reprodução” (CAMPOS, 1992, p.115), implica o modelo tradicional de família cuja origem pode remontar aos valores da vida social da civilização romana, tomando-se como instituições centrais o casamento e a família; a obediência à autoridade masculina,

¹Não existem comprovações acadêmicas da existência das sociedades matriarcais nos dias atuais, entretanto, em fontes não acadêmicas é possível encontrar algumas matérias sobre, como por exemplo: <https://falauniversidades.com.br/conheca-cinco-sociedades-matriarcais/>.

na figura do pai ou do marido e a valorização, até certo ponto utilitária, da mulher como alicerce fundamental, como mãe, esposa e dona de casa.

Para compreender as divisões hierárquicas entre homens e mulheres, é necessário observar como as características sexuais dos indivíduos são “[...] representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas” (LOURO, 2010, p. 21). Afinal, essas representações são criadas na sociedade pelo que é denominado como feminino ou masculino. Beauvoir (2009) entende a construção de tornar-se mulher enquanto um fato social, por isso a autora afirma: ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nesse processo, manifestam-se modelos estereotipados que se referem à “[...] matriz de opiniões, sentimentos, atitudes e reações dos membros de um grupo, com as características de rigidez e homogeneidade” (SIMÕES, 1985, p. 207). O estereótipo é, por natureza, limitador, pois trata-se de uma maneira fácil de definir um grupo específico que provavelmente não funcionará para todos. D’Amorim (1997, p.2) define estereótipos de gênero como “conjunto de crenças acerca dos atributos pessoais adequados a homens e mulheres, sejam essas crenças individuais ou partilhadas”.

Todas as discussões sobre as conquistas e lutas femininas estão associadas à construção do conceito de gênero. A ideia da construção vem do verbo construir, que segundo o dicionário Michaelis, carrega a ideia de “organizar ideias ou pensamentos de modo a formar um todo coerente e articulado”. Nesse processo, há que se considerar, por exemplo, as vertentes do feminismo, tal como o feminismo negro, por apresentar um ponto de vista diferente em alguns aspectos daqueles sustentados por mulheres brancas. O feminismo negro adiciona vivências de mulheres negras relacionadas ao racismo e à marginalidade que lhes são infligidas, moldando a teoria já existente.

O discurso predominantemente masculino nas ciências silencia as produções de minorias e marginalizados, porém no século XX a construção acadêmica das mulheres passa a buscar novos espaços próprios. “A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p.8).

Auad (2003), define o feminismo como a “tomada de consciência pelas mulheres enquanto coletivo humano, da opressão, dominação e exploração a que foram e são submetidas pelo coletivo de homens dentro do patriarcado”. Essa

tomada de consciência move mulheres na busca pela liberdade de seu sexo e implica todas as mudanças da sociedade essenciais para isso. Moser (1989) explica que a liberdade do sexo se refere às categorias inerentes ao ponto de vista biológico, sendo assim é o termo utilizado para descrever a liberdade da mulher enquanto ser. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social.

As demandas das mulheres, como a igualdade de gênero e leis que garantem sua segurança, têm sido evidentes ao longo da história registrada desde a época em que o regime de dominação masculina e opressão surgiu. Esse estado de coisas não mudou como esperado com a criação dos direitos humanos, pois as mulheres não foram consideradas.

A criação dos direitos humanos garante três qualidades encadeadas: “devem ser naturais (inerentes aos seres humanos), iguais (os mesmos para todo mundo) e universais (aplicáveis por toda parte)” (HUNT, 2009, p. 19). As mulheres na qualidade de dependentes de pais e esposos, não eram vistas como capazes de independência moral.

A discussão sobre os direitos humanos não considera as lutas de gênero, pois elas “interferem na formulação e na implementação da legislação, dos conceitos da normatização, de direitos, de justiça” (TELES, 2007, p. 60). Com isso, as mulheres não poderiam adquirir ao longo da vida os direitos humanos, mesmo que os homens e até mesmo criados, pessoas sem propriedade e em alguns casos, escravos, conseguiram.

Com a divulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e a garantia dos direitos que foram assegurados à humanidade, em sua maioria, a falsa ilusão de finalização da questão foi instalada (MILANI, 2010, p.67).

Devido às demandas que lhes eram próprias, grupos de mulheres se juntaram para promover a igualdade de direitos e pela construção de uma experiência humana digna por meio do empoderamento. O movimento gerado por esses grupos ficou conhecido como movimento feminista, que historicamente se dividiu em ondas, conforme demonstrado a seguir.

Segundo Sau (2000), o feminismo é considerado um movimento social e político iniciado no final do século XVIII que significou a conscientização do grupo de mulheres sobre a opressão e a exploração a que foram submetidas.

Do ponto de vista histórico o feminismo é um movimento recente que incluiu

raças, culturas, religiões e classes sociais. Segundo Almeida (2011), o feminismo pode ser estudado como um movimento sociopolítico que repercutiu em diferentes campos epistêmicos, com influência nas esferas pública e privada, modificando as representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres.

A história muitas vezes mostra mudanças como resultado de políticas de concessão sem considerá-la como resultado da satisfação de anseios e conquistas. Por esse prisma, é preciso reconhecer que o movimento das mulheres proporcionou avanços sociais que demorariam para serem implantados.

A primeira onda ocorreu no Reino Unido e nos Estados Unidos no século XIX e início do século XX, e o foco inicialmente era promover a igualdade entre homens e mulheres, pois até então as mulheres casadas e seus filhos “pertenciam” a seus esposos, a crença era que alcançassem esse objetivo por meio da educação e de uma relação mais simétrica dentro do casamento (SILVA; CARMO; RAMINHO, 2021).

Narvaz e Koller (2006, p. 649) entendem o nascimento desse movimento como uma “luta liberal de mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos, direitos que eram reservados apenas aos homens”. O feminismo também tem outros objetivos, como combater a discriminação contra as mulheres e condenar a opressão imposta às mulheres pelo patriarcado.

Para Sanders (1999, p.16) o feminismo moderno teve início com Mary Wollstonecraft, a partir da publicação de sua obra *The Vindications: The Right of Men and The Rights of Woman*, em 1792. Essa obra surge em meio a agitação social e política causada pela Revolução Francesa. Wollstonecraft enfatiza a necessidade de reconhecer socialmente as mulheres como seres racionais.

Assim, com base no pensamento de Wollstonecraft, a primeira onda foi um período de lutas voltadas para reivindicações específicas, pontuais, de idealização da conquista do trabalho e da plena participação na vida social e política.

A segunda onda ocorreu entre as décadas de 1960 a 1980, a motivação dessa nova onda deu-se por conta de não ter havido aderência às práticas de igualdade apesar das leis que a garantiam. Silva, Carmo e Ramos (2021, p.108) evidenciam que o questionamento que surgia como motor do movimento era: “por que ainda existe submissão das mulheres, será que elas seriam naturalmente inferiores aos homens e por isso não alcançam na prática essa igualdade?”

Por volta dos anos 1970, segundo Cruz (2007), ocorreu um aumento significativo no desenvolvimento teórico feminista, como resultado de uma tomada de consciência feminista mais radical e de lutas e reivindicações que se transformaram em luta coletiva e revolucionária. A autora explica que isso ocorreu porque as mulheres apresentaram uma consciência feminista mais radical.

Almeida (2014) explica que as feministas americanas enfatizam a condenação da opressão masculina e procuram por igualdade entre homens e mulheres, gerando o chamado “feminismo igualitário”. No entanto, as feministas francesas não negaram a existência de diferenças de gênero, mas declararam que tais diferenças não deveriam significar discriminação ou abolição das experiências das mulheres. Esse movimento foi denominado “feminismo da diferença”.

A terceira onda começa na década de 1990. Gamble (1999, p. 43) denomina essa onda como “pós-feminismo”; a autora explica o pós-feminismo como o conjunto de “ideias e atitudes que ignoram ou rejeitam as ideias feministas dos anos 1960 e das décadas subsequentes”. O pós-feminismo garante a visibilidade das mulheres na história, traduzindo e expressando o mundo a partir de seus olhos, afastando a visão dominadora predominantemente masculina. Amaral e Macedo (2005, p. 153) explicam que o pós-feminismo “é o discurso na medida em que tanto o pós-modernismo como o pós-feminismo têm por objetivo desconstruir, desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável”.

Amaral e Macedo (2005), indicam o início desse movimento para o fim dos anos 1960, com algumas pesquisadoras, conhecidas como teóricas da “diferença” ou do pós-feminismo, entre elas é possível citar: Judith Butler, Hélène Cixous e Julia Kristeva.

Considerando-se as três ondas, o feminismo evoluiu para um processo histórico de causas políticas e ideológicas. Cruz (2007) entende que o feminismo se apresenta de diferentes formas devido à necessidade de agir, buscando mudar uma realidade de opressão que se apresenta sob diferentes nomes e diferentes aparências.

Para uma melhor visualização e sistematização das ideias, elaborou-se um quadro indicando as ondas do feminismo e seus principais marcos (Quadro 1).

Quadro 1 – As ondas do feminismo

Ondas	Marcos da luta feminista
1º onda	- Voto feminino - Direito de propriedade - Sufragistas - Valores da família moralmente preservados - Controles de natalidade incipiente
2º onda	- Liberação sexual - Direitos reprodutivos - Igualdade social - Rejeição aos papéis de gênero - Rejeição aos valores familiares
3º onda	- Empoderamento da mulher - Desconstrução do masculino - Ideologia de gênero - Relações de classe e raça e religião

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base nas autoras: Gamble (1999); Narvaz e Koller (2006); Cruz (2007); Silva, Carmo; Raminho (2021)

Ao longo das ondas do feminismo, a incessante luta das mulheres em busca de princípios, como os direitos a uma vida digna e de se posicionar politicamente e a igualdade, é possível perceber a inclusão de diferentes grupos de mulheres em tempos cronológicos diferentes com demandas diferentes contribuindo para diminuir o cenário de desigualdade desproporcional em relação aos homens.

Na primeira onda, por meio da luta pelo direito ao sufrágio, as mulheres planejavam derrubar os problemas ligados a gênero, gerando assim a vertente liberal do feminismo. Na segunda onda, o feminismo se torna radical pois as demandas das mulheres se tornam mais urgentes após sofrerem repressão, os movimentos sociais surgem nesse momento. Na terceira onda, surgem as demandas relacionadas aos movimentos sociais das mulheres negras, homossexuais e transexuais, a mulher se torna um ser político.

É importante mencionar que as diversas manifestações do feminismo estão ligadas a um determinado ponto de vista ou mesmo a uma luta específica, é exatamente por isso que se entende que existe mais de um feminismo dentro do movimento feminista, sendo, desse modo, o termo “feminismos” mais adequado ao conceito. Sau (2000), apresenta as seguintes vertentes do feminismo como exemplo: feminismo burguês, feminismo negro, feminismo sufragista, feminismo católico, feminismo socialista, feminismo radical, feminismo da diferença, feminismo

de partido e feminismo oficial, entre outros.

No Brasil, existe uma série de medidas legislativas que foram criadas em referência à proteção da vida das mulheres. As organizações feministas colaboraram para algumas mudanças no processo constituinte de 1988. Um marco importante foi a criação das secretarias específicas para mulheres, as quais abriram frente política para mulheres nos anos 1990. Nesse cenário, produziram-se leis, redes e serviços a favor das mulheres, algumas das leis mais desconhecidas são:

- A. Lei Maria da Penha (11.340/2006) – com o objetivo de prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo medidas de assistência e proteção;
- B. Lei do minuto seguinte (12.845/2013) – garante atendimento obrigatório a vítimas de violência sexual, amparo médico, psicológico e social, além de exames preventivos, realizados pelo sistema único de saúde;
- C. Lei Joanna Maranhão (12.650/2015) – tem a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescente;
- D. Lei do Feminicídio (13.104/2015) – prevê o feminicídio como crime de homicídio, incluindo o feminicídio na categoria de crimes hediondos.

Com o poder organizacional e o envolvimento das mulheres mais preparadas intelectualmente, o movimento gerou críticas ao feminismo, que são acompanhadas por mudanças que se refletem nas relações sociais e entre os dois gêneros. O feminismo começou a ganhar atenção também no aspecto teórico ao focar em questões de identidade, diferenças e separação da vida pública e privada.

Essas questões são espaços abertos no jornalismo, no cinema, na literatura, na arte e na ciência, e acompanham uma conscientização dos estudos feministas na academia. Instaurou-se um comportamento sociopolítico defensor da cultura não sexista que rejeitava os antigos paradigmas de submissão e opressão. Almeida (2011) aponta que ao ocupar espaço na produção científica, tem sido possível alcançar o reconhecimento dos estudos de gênero em áreas das humanidades como Antropologia, Sociologia, História, Literatura, Saúde e Sexualidade, Psicanálise, Ciências Políticas, Economia e, mais recentemente, Educação, e Religião, principalmente em países onde esses estudos estão mais avançados.

A aceitação científica desempenha um papel na criação de um campo epistemológico que leva em conta que o mundo pertence a ambos os gêneros, ainda

que as relações de dominação e subordinação tenham sido construídas entre eles ao longo da história. Posteriormente, houve uma revisão dos pensamentos dicotômicos em vista do espectro de gênero; Derrida (2001), Duschatzky e Skliar (2011), Louro (2003) falam como o pensamento dicotômico é uma operação de poder e como a sua superação já permite o reconhecimento dos outros gêneros além do masculino e feminino.

Auad (2003), em “Feminismo: ‘que história é essa?’”, descreve o movimento feminista como um movimento político e social que:

- Interroga as relações de poder, opressão e exploração de grupos de pessoas uns contra os outros;
- Contrapõe-se radicalmente às relações estabelecidas em nossa sociedade entre o masculino e o feminino, isto é, às relações de gênero vigentes;
- Apresenta as mudanças sociais, econômicas, políticas e ideológicas da sociedade.

A desvinculação entre o gênero social e o sexo biológico é marcada como uma ruptura radical, Beauvoir (1980), no livro “Segundo sexo”, tratou a construção da categoria social mulher como uma construção gerada pelas características sociais da comunidade em que a mulher está inserida, com isso salienta o dualismo já existente entre o masculino e o feminino.

A separação entre sexo social e gênero biológico, também conhecida como binarismo de gênero, sempre foi um objetivo feminista, o sexo biológico é a identidade biológica de uma pessoa enquanto o gênero é a construção de uma pessoa como homem ou mulher. As relações biológicas são imutáveis, mas o gênero é construído com base na sociedade e muda de acordo com a época e a cultura atual.

Almeida (2011, p. 169), explica como são representados os estudos de gênero pela teoria feminista:

De acordo com a crítica teórica feminista, representada pelos estudos de gênero, os dois sexos devem ser educados na família e na escola por meio de uma reciprocidade de um sistema de relações que ultrapassa a oposição binária: masculino e feminino; em outras palavras: “coisas de meninos; coisas de meninas”. Nessa perspectiva, o gênero é uma categoria teórica que se refere a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da diferença sexual que são utilizadas na compreensão das relações entre homens e mulheres, a que se denomina alteridade, a relação com o outro.

Dessa forma, sexo biológico não é sinônimo de gênero, ou seja, sexo biológico se refere à identidade biológica de uma pessoa e gênero refere-se à sua estrutura como masculino ou feminino. Como as diferenças biológicas entre os sexos são imutáveis, o sexo é determinado por ajustes sociais que podem variar e ser alterados pelo tempo e seus padrões culturais.

A introdução da categoria gênero ocorre entre 1980 e 1990 e substitui a noção de identidade pela consideração de que no mundo em que o progresso tecnológico é determinado, um novo ritmo de estruturas sociais poder surgir, o que representa a introdução e o fortalecimento da crítica feminista.

O gênero tem sido representado com destaque no pensamento feminista, que estabeleceu uma teoria crítica que enfatiza as diferenças consideradas, mas não tolera as formas masculinas de opressão das mulheres. Rodríguez Magda (2020) entende o gênero como uma construção social e cultural da feminilidade e da masculinidade, ou seja, trata-se de um fato cultural. Almeida (2011) entende que o conceito surgiu do debate teórico sobre o conhecimento de que a realidade é socialmente construída e que cada ser humano possui direito e potencial para decidir seu destino.

Almeida (2011, p. 172) explica que o conceito de gênero foi introduzido no meio acadêmico a partir da constatação de que:

O feminismo e seu confronto com os mecanismos de dominação e subordinação levavam à emergência de novas categorias analíticas que não se encaixavam nos paradigmas clássicos e que esses paradigmas não conseguiam elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico.

Embora o conceito de gênero se refira aos estudos em que aparecem a temática: mulher, criança, família, sexualidade, maternidade etc., como foco de pesquisas, em um sentido mais amplo, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sob as diferenças sexuais e às relações construídas entre os dois sexos (BEAUVOIR, 1980).

Pedro e Grossi (1998) entendem as relações de gênero como um elemento da ciência que é um dos focos do feminismo epistemológico. Para Sardenberg e Costa (2002, p. 12), a perspectiva de gênero:

Tem possibilitado a construção de uma epistemologia crítica feminista, um discurso feminista sobre a ciência e uma teoria crítica do conhecimento que, se por um lado fundamenta as bases de um saber feminista, por outro, vem abrindo espaço para questionamentos

e reavaliações até mesmo dos próprios fundamentos desse saber.

Nesse sentido, uma segregação das mulheres na estrutura social da ciência e o androcentrismo científico podem ser observados por meio da crítica feminista à ciência. Os estudos feministas propõem uma nova perspectiva no contexto científico, pois a ciência cria conhecimento sobre as mulheres, mas não as considera como sujeitos ativos da prática científica (GUIMARÃES; OLIVER, 2017).

Almeida e San Segundo Manuel (2021) entendem que se pode admitir que não são todos os estudos sobre mulher que promovem o movimento feminista ou, mais especificamente, a incorporação da epistemologia feminista. Um exemplo disso são as pesquisas que, ainda que a mulher seja o tema, tratam de outros aspectos, não diretamente conectados às questões sociais.

Almeida (2021) explica que as epistemologias feministas surgem de vários feminismos existentes, acusam e procuram provar que a instituição ciência reproduz desigualdades em outras esferas da vida. As principais linhas epistêmicas feministas são: o empiricismo feminista, a teoria do ponto de vista feminista (*feminist standpoint theory*), o feminismo pós-moderno (pós-estruturalista e desconstrucionista) (HARDING, 1986; 1987; MCHUGH; COSGROVE, 2004; ALMEIDA, 2021).

Freitas e Medeiros (2021) entendem o empirismo feminista como uma tentativa das feministas de expandir ou adaptar uma categoria discursiva a fim de torná-la útil para o feminismo ao tornar as mulheres e suas ações visíveis na vida social. Almeida (2021) explica que o empirismo feminista assume que o sexismo e o androcentrismo são preconceitos sociais corrigíveis, usando as normas metodológicas dos estudos feministas.

A vertente empirista está ligada à posição liberal, visando identificar e eliminar estereótipos, sexismo e discriminações em suas investigações. Nesses casos, as metodologias utilizadas são predominantemente quantitativas, com fundamentações teóricas ligadas à racionalidade e objetividade da ciência (FREITAS; MEDEIROS, 2021).

A partir da teoria do ponto de vista feminista, também conhecida como perspectiva feminista da ciência, desenvolveu a ideia de que a inovação científica necessariamente requer a inclusão das experiências das mulheres no modo de produção científica. Harding (1986) defende a importância de entender que todos falam de sua perspectiva e lugar na sociedade e podem desafiar o pensamento

tradicional de sua perspectiva.

Almeida (2021) declara que a teoria do ponto de vista está vinculada como o marxismo e acrescenta também que essa linha abre outras possibilidades de conhecimento que antes eram incompletas na compreensão masculina. Porém, essa linha sofre uma crítica muito forte por ser “um” ponto de vista, algo que proca questionamentos sobre como conciliar em um único ponto de vista as relações distintas entre classe social, raça e cultura. Harding (1986) questiona também a concepção de conhecimento objetivo e universal, afirmando que o conhecimento é sempre parcial.

O feminismo pós-moderno é a linha que se aproxima da filosofia. Harding (2016) explica que a corrente reúne pensadores como Nietzsche, Derrida, Foucault, Lacan, Rorty, Cavell, Feyerabend, Gadamer, Wittgenstein e Unger.

Cruz (2007) interpreta o pós-modernismo como uma linha relacionada a valores e princípios na pesquisa científica tradicional. Por meio desses valores e princípios, destaca-se o conceito de sujeito universal e transcendental (Cruz, 2007). Para os defensores dessa linha, renunciar à história do assunto e das perspectivas tentativas significa oferecer resultados e informações diferenciadas à sociedade.

Com a força do movimento e do cenário feminista, a posição da mulher na ciência mudou, é inegável o caráter social da ciência que, embora fabricada e divulgada por pesquisadores homens, tem marcado a diferença entre o olhar feminino e a ciência masculina. A inserção da mulher na academia e na ciência não é novidade, mas ainda é necessário discutir o panorama de como essa abordagem é implementada e por quem. Um exemplo claro disso são os estudos sobre a presença da mulher como produtora de informação e como as questões de gênero são discutidas na ciência da informação.

4. A MULHER E O FEMINISMO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

Levando-se em consideração a construção epistemológica da CI, compreendo-a como uma ciência interdisciplinar, inúmeras temáticas de pesquisa se lhe relacionam. Scartassini e Barros (2021, p. 451), explicam que embora os estudos sobre recuperação da informação sejam um dos cerne da área, compreender as comunidades envolvidas sob a perspectiva informacionalé também tarefa da CI.

Capurro (2003) entende o objeto da IC como a investigação das relações entre discursos, campos de conhecimento e documentos em relação a possíveis perspectivas ou abordagens para diferentes comunidades de usuários. Dentre as comunidades usuárias, as mulheres se destacam neste trabalho como um grupo formado por experiências compartilhadas sincronizadas em linguagem e conhecimento socialmente construído (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Guimarães (2014) sugere que uma das principais áreas de estudo da CI é a organização do conhecimento (OC), disciplina científica que trata da mediação entre o conhecimento produzido pela sociedade e o uso que dela decorre. A percepção da OC como ciência é marcada pela criação da International Society for Knowledge Organization (ISKO), fundada em 1989, que se tornou uma das mais importantes associações voltadas para questões da temática da OC.

A OC é considerada um campo de pesquisa, ensino e prática desenvolvido no campo da ciência da informação (HJØRLAND, 2016). Tem como característica “[...] descrever, representar, arquivar e organizar documentos e representações de documentos, bem como assuntos e conceitos tanto por humanos quanto por programas de computador” (HJØRLAND, 2016, p.1, tradução livre).

O Capítulo Brasil da ISKO (ISKO-Brasil) foi criado, efetivamente, em 2007e teve a primeira conferência realizada em 2011. Guimarães (2017) explica que no âmbito dos eventos da ISKO-Brasil, observando-se as áreas temáticas para as quais são aceitos os trabalhos, a OC é estudada em três dimensões: dimensão epistemológica, dimensão aplicada e dimensão social.

Além dos diálogos interdisciplinares, a dimensão epistemológica da OC também enfoca a investigação de seus fundamentos conceituais, históricos e metodológicos. dimensões aplicadas são dimensões orientadas para pesquisa relacionadas a modelos ferramentas, produtos e estruturas OC. Na dimensão social são ressaltados os estudos relacionados à formação e atuação profissional em OC,

os conceitos de ética, cultura e identidade, conjugados no domínio e seu desenvolvimento sustentável, é possível destacar o compromisso desse terceiro espaço da OC com a identidade e a diversidade cultural bem como com a inclusão social.

Hjørland (2016) aponta que os sistemas de classificação e os sistemas de conceitos são assuntos centrais da organização do conhecimento, o autor ainda indica dois principais aspectos para a OC: processos de organização do conhecimento (POC) que são os processos de catalogação, indexação e classificação e os SOC que são a seleção de conceitos com indicação de relações semânticas, por exemplo, tesouros, ontologias e sistemas de classificação.

SOC são recursos que apresentam o conhecimento em estruturas conceituais compreensíveis que podem ser utilizadas para organizar e recuperar informações em diferentes tipos de unidades de informação (MOREIRA, 2018). Organizar um domínio requer, entre outros aspectos, a aquisição de conhecimentos sobre a história de formação do tema e sobre os conceitos inerentes ao mesmo para poder representá-lo de forma correta.

Na CI, destacam-se trabalhos de levantamento da produção científica, como o trabalho de Pinheiro, Lisboa e Inomata (2021), que trata da presença das mulheres na ciência regional, ou estudos como o de Medeiros, Hoppen e Vanz (2020) cujo enfoque é a produção científica sobre estudo de gêneros em repositórios.

Esse tipo de abordagem discute a participação das mulheres como pesquisadoras por meio de um levantamento quantitativo de autores, publicações e citações por gênero, sugerindo um cenário de desigualdade que desfavorece as mulheres. Além do trabalho realizado para mapear os diferentes comportamentos informacionais de homens e mulheres, são expostas as respectivas peculiaridades e a necessidade de adequar os sistemas de informação a essas peculiaridades.

Em se tratando da representação do assunto mulheres nos SOC, como, por exemplo, o uso do termo “tarefas femininas”, esse se relaciona fortemente às atividades técnicas e repetitivas quando vistas pelas lentes do senso comum. Esse estereótipo, no caso brasileiro, segundo Sousa (2014), é reforçado pela própria história da profissão bibliotecária que apenas recentemente despertou o interesse do público masculino, a exemplo do que também tem ocorrido com outros campos profissionais, como o magistério e a enfermagem.

Golub (2009) realizou um estudo nos Estados Unidos em que constatou o domínio quantitativo das mulheres do mercado de trabalho da Biblioteconomia, porém foi observado que a gestão dos cargos de trabalho é dominada por homens, mesmo eles sendo minoria. A autora aponta que os homens dominam as posições de planejamento e gestão, posições com salários mais altos e com maior prestígio, enquanto as mulheres desempenham funções técnicas de processamento e organização de acervos.

Outro exemplo disso é apresentado por Sousa (2014), que citou a campanha da Associação Americana de Bibliotecas, auxiliada pela G.I Bill, uma lei de 1944 chamada oficialmente de *Servicemen's Readjustment Act de 1944*, cujo um dos objetivos era recrutar bibliotecários do sexo masculino em prol de reforçar a imagem profissional e níveis salariais dos profissionais bibliotecários, após a II Guerra Mundial (O'BRIEN, 1983).

Considerando-se a perspectiva de gênero, a mulher é definida como “um ser histórico, gerado pelas relações culturais de acordo com valores e hierarquias sociais que estão interligados a fatores políticos e econômicos, em cada sociedade” (ESPÍRITO SANTO, 2008, p.319). Trata-se, desse modo, de uma categoria relacional, pois “homens e mulheres só se definem numa relação entre um e outro” (id., ibid.). As relações conceituais, é preciso lembrar, são extremamente importantes nas configurações estruturais dos SOC.

A representação do conhecimento é de grande relevância para influenciar os impactos da tomada de decisão. Em vista disso, a aproximação de termos pode reforçar ou criar viés. Um exemplo muito comum disso é a inclusão do termo “homossexualismo” como subordinado de “doença”, conforme há muito documentado pela Classificação Decimal de Dewey (OLSON, 2002). O próprio termo “homossexualidade” não é mais considerado adequado, desde 1990, com a décima edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a organização Mundial da saúde (OMS) não inclui mais o termo “homossexualidade” na categoria de doença.

Milani (2010) sugere que as representações do conhecimento a partir da linguagem documentária visam notificar o usuário de forma que todos indistintamente se sintam incluídos na representação. Nesse contexto, as estruturas de organização do conhecimento são de particular importância como uma ferramenta eficaz para atingir esses objetivos.

Ainda a respeito da importância da análise da representatividade dos SOC, vale ressaltar a responsabilidade que as bibliotecas assumem como dispositivos de autoridade cultural, conforme o resultado da análise que Olson (2000) faz dos cabeçalhos de assunto utilizados pela Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos, aspecto também destacado por Milani (2010):

A imagem do feminismo que surge do cabeçalho da LCSH e suas referências é de um movimento liberal branco, de classe média, datado, com alguns grupos dissidentes. As correntes mais proeminentes do pensamento feminista contemporâneo não estão representadas. Essa visão do feminismo é tão homogênea que o cabeçalho principal tem mais de mil entradas no catálogo da Biblioteca do Congresso. Além disso, tópicos de pesquisa ativa dentro da academia, como a epistemologia feminista, não são representados. Se o feminismo está congelado no âmbar da história ou relegado à periferia da alteridade, então ele é seguramente diferenciado dos tópicos a serem tratados com seriedade. Esse tipo de distorção torna mais fácil ignorar tópicos que estão fora do *mainstream* cultural, assim como a exclusão torna os tópicos invisíveis e a marginalização os coloca de lado (OLSON, 2000, p. 62, tradução livre).

Segundo Simões, Bravo e Pestana (2018), as teorias e o conceitoclássico de classificação são baseados na lógica da cultura grega, particularmente aristotélica, e têm sido criticados por sua rigidez por grupos marginalizados, como feministas e bibliotecários. Seus conceitos de fronteira, ocasionados pela estrutura hierárquica e as implicações em termos de dominação e subordinação, em que caracterizam as classificações bibliográficas, finais do século XIX (SIMÕES, 2011). Olson (2001, 2007) foi pioneira nessa ideia.

Segundo a análise de Zins e Santos (2011), os referidos sistemas de categorização não apresentam de forma adequada e sistemática o conhecimento humano, embora alguns sistemas de categorização parecem universais, parciais e assistemáticos em sua intenção.

Um exemplo clássico do olhar parcial das classificações é a exclusão, naCDD, das religiões de matriz africana, as quais não são adequadamente representadas e ocupam posições marginais. Problemas dessa natureza são resultado da concepção de sistemas de classificação assentados no modelo eurocêntrico de conhecimento, postura que possibilita transformar o conhecimento gerado pelos diferentes grupos em saberes desqualificados, quase sempre sujeitos às ideias da ciência.

Ao analisar como os critérios de acesso ao conteúdo representam grupos e tópicos marginalizados, Olson e Schlegle (1995 apud OLSON, 2002, p. 9, tradução livre) identificaram três problemas:

Primeiro, satisfazer a maioria dos usuários da biblioteca algumas vezes resulta em uma representação de assunto sob vieses; segundo, tentativas de objetividade podem resultar em tratamento igualitário quando o que é exigido é um tratamento equitativo para acomodar as diferenças; e terceiro, que padrões homogeneizar os resultados da catalogação e, então, impõem uma linguagem universal em diversos contextos (OLSON E SCHLEGLE, 1995 APUD OLSON 2002, p.9).

As vieses que Olson e Schlegl (2002) citam, segundo Hjørland (2008a, p.256), referem-se a palavras negativamente carregadas, “[...] enquanto algo a ser evitado ou minimizado, por exemplo, em estatística ou em organização do conhecimento.” Olson (2002) esclarece que os vieses são problemas éticos que, na maioria das vezes, levam a uma reflexão sobre os valores do domínio.

Olson (2002) enfatiza que o conceito de viés afeta a linguagem documentária, usando um exemplo da Classificação Decimal de Dewey que reflete a incompatibilidade universal do conceito em uma determinada cultura e época. Consequentemente, o preconceito não se limita as descrições pessoais, Olson (2002) afirma que existem preconceitos relacionados a sexualidade, raça, idade, etnia, dialeto e religião.

Milani (2010) explica que a representação do conhecimento é desenvolvida no âmbito de uma cultura e seu objetivo é fornecer informações ao usuário, para que todos indistintamente se sintam refletidos nessa realidade, pois se algum viés for percebido pelo usuário ou por um grupo de usuários isso pode distanciá-los do sistema de informação como um todo, porque não se perceberá integrado a ele.

Olson (2002) em seu texto “The power to name”, “O poder de nomear”, em tradução livre, esclarece que “nomear é a ação de conceder nome, rotular, criar uma identidade” (OLSON, 2002, p. 4), seja por meio de um cabeçalho de assunto, seja por meio de uma notação de classificação. Milani (2010), compreende que o ato de nomear é um meio de comunicação interpessoal por meio da linguagem que controla a expressão e controla o acesso ao conteúdo documentário.

Um dos principais embates relacionados à representação gênero e mulheres, está relacionado à potencialidade da representação de constituir o objeto memorado, ou seja, expressar a produção, sustentação e legitimação da categoria e do sujeito “mulher” enquanto um ser universal, fixo, unitário e identitário.

Almeida (2021) corrobora que para a ciência da informação considerar os parâmetros da epistemologia feminista seria necessária uma nova ciência da

informação. Uma ciência da informação que reconhece o patriarcado como a principal instituição reguladora da produção de informações e serviços de informação na sociedade e do qual derivam outros desvios, preconceitos e discriminações.

A desconstrução do conceito “mulher” começa ser levantada na década de 1980, com discussões sobre as diferenças entre as mulheres que podem ser: lésbicas, heterossexuais, mães, negras, brancas, pobres, entre outras, e que não podem ter suas experiências unificadas por uma única política feminista, por uma única representação.

Arruda (2013), esclarece que a fragmentação do conceito “mulher” abre caminhos para a desestruturação da organização hierárquica dos marcadores sociais, muitas vezes remontada nas políticas feministas. A autora ainda elucida que “gênero” deixa de ocupar uma posição privilegiada em relação a, por exemplo, religião, classe, raça, etnia, porque essa separação rígida dos marcadores sociais é contestada e substituída pela ideia de que todos esses termos são interseccionais (se contaminam e se constituem mutuamente).

Apesar das mudanças no conceito de mulher, nas ferramentas representativas, a presença da mulher é rara porque a linguagem exalta o masculino como universal, tomado como genérico. Mäder (2015) entende que a utilização da forma masculina utilizada genericamente se justifica pelo conceito gênero não marcado, sugerindo uma suposta neutralidade, ocultando as relações de poder entre homens e mulheres, contribuindo para a manutenção de relações sexistas e opressoras, pois o discurso da representação do conhecimento mantém estereótipos femininos, oferece uma imagem ultrapassada da mulher e introduz sinais do sexismo.

Diante disso, a linguagem documentária precisa assimilar os momentos histórico-sociais pelos quais as mulheres passam, apesar dos preconceitos estarem implícitos na linguagem natural. Milani (2010) entende que quando se trata de linguagem documentária existem maneiras de criar um mecanismo que não corte ou pelo menos sinalize possíveis vieses.

Abordando as questões de gênero, Olson (2002) esclarece que em questões que envolvem a representação da mulher e para a mulher as padronizações têm três problemas comuns: a) tratam as mulheres como exceções às normas masculinas; b) Isolam as questões da mulher para separá-las do resto do conhecimento; ou c)

omitem essas questões inteiramente.

Por conta da mudança da representação da mulher ao longo dos anos, foi notada a exclusão feminina nas linguagens documentárias mais utilizadas, com isso, centros de documentação e bibliotecas especializadas em mulheres buscaram construir suas próprias linguagens documentárias: o “European Women’s Thesaurus (EWT)” foi criado em 1988; “On equal terms: a thesaurus for nonsexist indexing and cataloging” foi criado em 1977 por Marshall; “Thesaurus sobre a história social das mulheres” criado em 1988 por Sebastià e Salat; o “A women’s thesaurus” foi publicado em 1987. No Brasil foi criado o “Tesauro para estudos de gênero sobre mulheres” em 1998, publicado pela Fundação Carlos Chagas.

Porém, mesmo com o desenvolvimento das linguagens documentárias, ainda hoje, baseado na análise de Rodríguez Bravo (2006) sobre a LSCH, o Thesaurus UNESCO e o European Women’s Thesaurus, evidenciam-se os cabeçalhos da LCSH por refletirem discriminações sociais em relação à mulher, por exemplo, em questões conjugais, sexualidade e maternidade.

Rodríguez Bravo (2007) entende que a linguagem igualitária envolve uma mudança de representações androgênicas do conhecimento para representações da realidade feminina. Caro Castro e San Segundo Manuel (1999), enfatizam a falta de renovação, adequação e implementação de critérios de desenvolvimento, ou seja, a falta de uma política de gestão para implementar as condições.

5. A REPRESENTAÇÃO DOCUMENTÁRIA PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Smiraglia (2011) entende a Análise de Domínio enquanto o estudo da evolução do discurso ao redor dos pensamentos e correntes teóricas, representadas por meio da literatura de uma comunidade científica que gera conhecimento sobre interações entre as comunidades de pesquisadores.

Conforme Dias (2015), a Análise de Domínio se tornou um processo com a finalidade de “identificar os objetos, processos e as relações para a construção de um vocabulário de um domínio específico que pode ser usado para a atividade de organização, mas também para a de recuperação da informação e do conhecimento” (DIAS, 2015, p. 7-8).

Segundo Smiraglia (2011), a Análise de Domínio é um estudo da evolução dos discursos apresentados em um período por uma comunidade que partilha a divisão do trabalho. Com a análise de domínio, é possível ver como determinado domínio do conhecimento vem evoluindo nos aspectos teóricos e como interagem em diferentes comunidades discursivas em diferentes lugares gerando novos conhecimentos. Danuello afirma que essa análise é “a melhor maneira de se entender a informação na Ciência da Informação. [...]” (DANUELLO, 2007, p.50).

Hjørland e Albrechtsen apontam que a CI tem os estudos dos domínios do conhecimento como foco às comunidades de usuários. Como citado por Moraes (2018), os autores apresentam uma definição analítica de domínio enquanto um paradigma da CI:

O paradigma analítico de domínio é, primeiramente, um paradigma social que considera a CI como uma das muitas ciências sociais, fomentando [...] perspectivas psicossociais, sociolinguísticas, sociológicas do conhecimento e sociológicas da ciência no contexto da Ciência da Informação. O paradigma domínio-analítico é, em segundo lugar, uma abordagem funcionalista, com o intuito de entender as funções implícitas e explícitas da informação e da comunicação, e de delinear mecanismos subjacentes ao comportamento informacional a partir desta visão. Em terceiro lugar, é uma abordagem filosófico-realista, tentando constatar as bases da CI por meio de fatores que sejam externos às percepções individualístico-subjetiva dos usuários em oposição, por exemplo, aos paradigmas comportamentais e cognitivos (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p. 400, tradução livre).

No trecho apresentado, os autores definem os limites precedentes da epistemologia da CI, na qual é desenvolvida no discurso das ciências sociais. Ao refletir o caráter social do objeto informacional, como foi observado por Hjørland e

Capurro (2007), a Análise de Domínio é um paradigma que integra o indivíduo em um contexto social. Oliveira e Grácio (2013) entendem que o contexto social das comunidades em que o indivíduo está inserido e os conceitos de informação e conhecimento têm seu significado segundo a compreensão associada aos dos membros dessa comunidade.

Hjørland (2002) defende o uso da abordagem analítica para construir um vocabulário controlado, com foco em áreas específicas, como contribuir para o desenvolvimento e atualização de sistemas de categorização universais. A prática de representação e organização do trabalho em domínios e em grupos específicos implica demonstrar a natureza complementar e correlata dos requisitos básicos para o estabelecimento da comunicação desses grupos. Diante disso, o foco está nas representações temáticas enquadradas por especializações, campos e disciplinas, pois grandes centros de documentação, bibliotecas e instituições exigem sucesso na divulgação. Hjørland e Albrechtsen (1995) apontam que é preciso entender os esquemas interpretativos, os sistemas, as linguagens e a própria troca de conhecimento.

A perspectiva sociocognitiva, por sua vez, reconhece que os sujeitos participam de grupos e compartilham tanto as respostas às suas necessidades de informação quanto os conhecimentos que foram adquiridos. Esses grupos se relacionam com os indivíduos que os integram “através da internalização de signos e símbolos produzidos culturalmente e do modo como os processos cognitivos são mediados por significados edificados cultural, histórica e socialmente” (HJØRLAND, 2004, p. 3, tradução livre). Hoje, a sociedade é formada por grupos diversos e separados, formalmente ou não, de instituições ligadas ao trabalho, religiões e partidos, ou mesmo conectada em redes sociais, virtuais ou não. Mas cada grupo normalmente tem algo em comum ou principalmente um interesse comum entre seus membros.

Nessa reflexão, ao introduzir as perspectivas da CI na Análise de Domínio, Hjørland (2002) identificou que o problema dessa abordagem é ajudar os profissionais da informação a se capacitarem para além das atividades usuais. Consequentemente, a proposta é proporcionar a amplificação de conhecimentos subdivididos e diversos.

Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 401) não declararam seu entendimento de domínio, porém se referiram a ele como “uma comunidade de ideias ou uma

comunidade de discurso que integra a divisão social do trabalho". Sete anos mais tarde, Hjørland (2002) sistematizou um conjunto de onze abordagens na perspectiva analítica de domínio e suas possibilidades, a combinação e associação das abordagens garantem um conhecimento aprofundado do domínio. Conforme traduzido por Lara (2009), as abordagens são:

1. A produção e avaliação de guias de leitura e entradas de assunto;
2. A produção de classificações e tesouros;
3. A pesquisa e as competências na indexação e recuperação de informação nas especialidades;
4. O conhecimento sobre estudos empíricos de uso nas áreas de assunto;
5. A produção e interpretação de estudos bibliométricos;
6. Os estudos históricos das estruturas de informação e serviços nos domínios;
7. Os estudos sobre documentos e gêneros em domínios do conhecimento;
8. Os estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses nos domínios;
9. O conhecimento sobre estudos terminológicos, linguagens de especialidade e análise do discurso nos campos do conhecimento;
10. O conhecimento e estudo sobre estruturas e instituições da comunicação científica e profissional em um domínio;
11. O conhecimento de métodos e resultados dos estudos de análise de domínio sobre cognição profissional, representação do conhecimento na ciência da computação e na inteligência artificial.

Hjørland (2002) explica que as abordagens da análise de domínio devem ser combinadas (ao menos duas) para que se chegue a concepções mais abrangentes do domínio. Hjørland (2004) entende que a categorização de um domínio científico se dá a partir do conhecimento que se produz, o autor considera a análise de domínio como um processo organizacional que combina conjectura e prática, permitindo a visão completa dos principais conceitos do domínio, podendo unir diferentes subdisciplinas, como a bibliometria, organização do conhecimento e recuperação da informação (HJØRLAND, 2004).

Tennis (2003), propõe dois eixos pelos quais a análise de domínio pode ser abordada: áreas de modulação e graus de especialização. As áreas de modulação fornecem parâmetros para sua denominação e objetivos, Tennis (2003, p. 193) usa como exemplo o domínio Religião, nomeado dessa forma apenas para servir tanto

para a prática religiosa como para estudos acadêmicos. Segundo o autor, a área de modulação nomeia o domínio e certifica o que está ou não incluído no mesmo (TENNIS, 2003, p. 193). Os graus de especialização, por sua vez, concebem a profundidade, ou seja, a especificação de um domínio, para tanto, o autor propõe graus de especialização, no qual o foco é o parâmetro para qualificar um domínio, a intersecção promove relações dialógicas entre domínios, assim, criando ou não novos domínios.

Tennis (2012) declara que existem dois tipos de análise de domínio, a primeira é descritiva e está relacionada às pesquisas básicas, a segunda é a instrumental utilizada para elaborar sistemas de organização do conhecimento. Smiraglia (2011) investiga o discurso da organização e representação do conhecimento enquanto um exemplo de análise de domínio descritiva, na qual caracteriza as publicações, autores, pesquisas e estudos para contribuir significativamente com a consolidação e estabelecimento de um domínio.

Hjørland (2002) entende que os sistemas de classificação e as linguagens de especialização estão intrinsecamente ligados ao meio social e cultural, portanto, sofrem atualizações e adequações de seus usos na representação e mediação. Segundo Tennis (2012) a análise de domínio mostra-se a partir da necessidade de entender um domínio, construir ou revisar um sistema de informação. O autor utiliza como exemplo os editores da CDD que, em suas revisões, procuram atender às mudanças da representação dos domínios atendidos por essa classificação (TENNIS, 2012, p. 10).

Guimarães (2014) cita outros exemplos utilizando a análise de domínio em pesquisas em organização do conhecimento como comparações entre terminologia da literatura científica de um domínio, linguagens de indexação da área, análise do universo e das relações referentes e correntes teóricas de um domínio (GUIMARÃES, 2014).

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o cumprimento dos objetivos propostos neste trabalho, optou-se por uma abordagem metodológica de revisão de literatura. De modo geral, esta metodologia se propõe a realizar um levantamento ou mapeamento teórico, detectando debates e contribuições sobre um determinado tema (ECHER, 2001). Alves e Mazzotti (2002), entendem que a revisão de literatura tem dois propósitos: a) apresentar um contexto para o problema; b) produzir uma análise das possibilidades apresentadas na literatura consultada para construção de um referencial teórico de pesquisa.

Sendo assim, este estudo mapeia o que se tem publicado na literatura científica acerca do domínio “mulheres” nas linguagens documentárias e sistemas de organização do conhecimento.

A definição do corpus envolveu a adoção de dois tipos de *corpora*, sendo eles o corpus documentário intermediário, isto é, o conjunto maior de documentos, e o corpus de análise, obtido a partir da aplicação de critérios específicos no corpus documentário.

Para a composição do corpus documental intermediário, foram selecionadas as seguintes bases de dados: a) *Library, Information Science e Technology Abstracts* (LISTA), por se tratar de uma base de dados com cobertura específica em Biblioteconomia e Ciência da informação; b) *Scopus*, que reúne resumos e citações que contemplam várias áreas do conhecimento; c) *Web of Science*, por reunir e disponibilizar conteúdos assinados com editoras internacionais; d) Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que disponibiliza artigos publicados em 57 periódicos brasileiros e tem o objetivo de subsidiar estudos na área de Ciência da Informação.

Adicionalmente, foram incluídos na composição do corpus documental, por sua relevância para a compreensão e análise do problema de pesquisa, os anais das cinco edições do Congresso Brasileiro em Organização do Conhecimento, evento promovido pela Sociedade Brasileira para Organização do Conhecimento (ISKO Brasil), uma associação de âmbito brasileiro com o objetivo de apoiar o desenvolvimento científico, cultural e educacional na área de Organização do Conhecimento. Os anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), o principal evento de pesquisa e de pós-graduação na área da Ciência da Informação no Brasil, foram parcialmente

incluídos, pois nem todas as edições estavam disponíveis em texto completo durante a realização desta pesquisa. Assim, foram incluídos os anais relativos aos anos de 2012, 2013, 2015, 2016, 2018.

Na primeira fase de localização e identificação do corpus de análise da pesquisa, foram utilizadas as estratégias de busca apresentadas abaixo:

Quadro 2 – Estratégia de busca

Feminilidade	AND	Organização do conhecimento
OR		OR
Feminina		Tesouro
OR		OR
Feminino		Sistemas de classificação
OR		OR
Feminismo		Ontologias
OR		
Feminista		
OR		
Mulheres		
OR		
Gênero		

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Foram utilizados termos que descrevem o domínio conceitual “mulher” combinados com termos utilizados no domínio da organização do conhecimento, bem como seus respectivos termos equivalentes em inglês: *female; femininity; feminism; feminist; woman(en); gender; knowledge organization; thesaurus; classification system; classification scheme; ontology*.

Para a definição da cobertura cronológica do corpus de análise, estabeleceu-se como parâmetro inicial a data de realização do primeiro Congresso Brasileiro de Organização do Conhecimento, realizado em 2011, na cidade de Brasília, e como parâmetro final o início do ano de 2023, data de conclusão desta pesquisa. Foram encontrados 619 artigos que compuseram o corpus de análise intermediário.

Para realizar o tratamento dos artigos do corpus de análise intermediário, foram aplicados 4 critérios de exclusão, a fim de refinar o resultado de busca e obter

apenas publicações relevantes para a pesquisa. Os critérios de exclusão foram:

1. Artigos que não estivessem completamente disponíveis em acesso aberto;
2. Artigos não disponibilizados em formato PDF;
3. Artigos duplicados, ou seja, contendo mesmo título, autor e ano de publicação;
4. Artigos que não contivessem as expressões de busca nos campos de título ou de palavras-chave;
5. Artigos que não contemplassem o tema, ainda que contivessem as expressões de busca nos respectivos campos.

Cabe esclarecer: em relação ao 4, a opção por considerar apenas os campos de título e palavras-chave, considera o fato de que os termos utilizados nesses campos são, espera-se, termos que denotam de modo mais específico a temática que o artigo contempla. Nos campos de resumo as palavras são utilizadas em linguagem natural, carregadas de contexto e expressões.

Considerando-se a aplicação dos critérios de exclusão 1, 2 e 3, o corpus de análise foi constituído por 373 artigos, distribuídos do seguinte modo: oitenta artigos localizados na *Web of Science*, setenta artigos na *Scopus*, cinco artigos nos anais do Enancib, dezesseis artigos nos anais da ISKO e 202 artigos localizados na BRAPCI. A aplicação dos critérios de exclusão 4 e 5 foi realizada levando-se em consideração a ocorrência dos termos nos campos de título e palavras-chave. Assim, foram excluídos artigos como, por exemplo, “American psychiatric association, diagnostic and statistical manual, female sexual dysfunction, feminism and post-feminism, psychiatric ontologies” e suas palavras-chave são: “American psychiatric association, diagnostic and statistical manual, female sexual dysfunction, feminism and post-feminism, psychiatric ontologies”. Apesar de conter as palavras “feminism” e “ontologies” no título e “female”, “feminism and pos-feminism” e “ontologies” em palavras-chave, o artigo não apresenta nenhuma ligação com a ciência da informação e organização do conhecimento. Sendo assim, o corpus de análise final foi composto por quatorze textos, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – Corpus de análise final

Ano	Autores	Título
2010	Samuelsson, J.	Knowledge Organization for Feminism and Feminist Research: A Discourse Oriented Study of Systematic Outlines, Logical Structure, Semantics and the Process of Indexing
2013	Pinho, F.A.; Milani, S.O.,	Metáfora e Ortofemismo na Representação de Assunto
2016	Fox, M.J.	“Priorities of Arrangement” or a “Hierarchy of Oppressions?”: Perspectives on Intersectionality in Knowledge Organization
	Radjenović, S.S.; Stefanović, A.; Kadija, S.; Jeremić, K.; Sparić, R.	Classification and the diagnostics of abnormal uterine bleeding in nonpregnant women of reproductive age: the PALM-COEIN classification system adopted by the International Federation of Gynecology and Obstetrics
2017	Pinho	Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas à gênero e sexualidade em linguagens documentais
	Sousa, B.P.; Tolentino, V.S.	Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários
	Ribeiro, A.R.P.; Decourt, B.; Almeida, T.	A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos
	Santos, R.F.; Neves, D.A.B.; Silva, L. F.; Cortês, G.R.	A representação colaborativa da informação e a construção de linguagens documentárias sobre diversidade de gêneros: análise das contribuições do dicionário de gênero – “Só quem sente pode definir”
2018	Menezes, V.S.	A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar
	Bissoli, B.S.; Covello, L.G.; Pisseli, B.I.; Santos, R.A.	Identidade de gênero e diversidade sexual: proposta de elaboração de microtesauro
	Adamek, A.; Gann, E.	Whose Artifacts? Whose Stories? Public History and Representation of Women at the Canada Science and Technology Museum
2019	Romeiro, N.L.; Silva, F.C.G.; Lima, G.S.; Garcez, D.C.; Saldanha, G.S.	Classificando o feminicídio: linguagens ordinárias e ódio em circulação na WEB
2020	Santos, A.; Costa, A.; Barros, C.M.; Vital, L.P.	Representação terminológica da população negra em tesouros
	Pinho, F.A.; Milani, S. O.	Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para o cumprimento do objetivo “a” proposto neste trabalho, realizou-se uma análise de citação, observando-se as referências listadas nos artigos recuperados no corpus

de análise final, e indicado no Quadro 3. Buscando-se identificar e mapear os autores, foram averiguados os seguintes elementos:

1. Idioma dos artigos citados;
2. Frequência de uso das referências;
3. Temática tratada pelos autores mais citados.

Para o cumprimento dos objetivos “b” e “c”, foi utilizada a metodologia de análise terminológica, mais precisamente alinhada à linha da Teoria Comunicativa da Terminologia, como indica Cabré (1993), a qual possibilita a análise em diferentes contextos discursivos, encontrando o valor do termo como uma unidade significativa de uma área na perspectiva de seu uso, destacando assim o aspecto contextual, pragmático e social dos termos.

Para a efetivação de uma pesquisa terminológica, Barros (2004, p. 18) explica que é necessária a utilização de alguns tipos específicos de ficha, dentre os quais: 1) ficha de referência, na qual se registram informações de autor, título da obra, cidade, editora e ano de publicação e outros elementos que permitam identificar o texto fonte; 2) ficha de trabalho, na qual se registram os dados; 3) ficha de síntese, por meio da qual se analisa o conteúdo conceitual da análise terminológica e a comparação dos dados, e 4) ficha remissiva, na qual se registram os dados sobre remissão entre os termos. Neste trabalho, para efeitos de simplificação e otimização do tratamento das unidades terminológicas que interessam a esta pesquisa, são usadas apenas as fichas de análise e síntese.

Na ficha de análise foram considerados os seguintes campos: número de identificação, identificação do conceito, idioma, fonte do conceito e contexto, para a análise do contexto selecionado, foram observadas as características apresentadas pelos autores, como indica o modelo de ficha apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Ficha de análise (continua na próxima página)

1	Nº de identificação	
2	Identificação do conceito	
3	Idioma	
4	Fonte do conceito/contexto	
5	Designação principal:	Fonte:
6	Outras designações:	Fonte:

(Continuação) - Quadro 4 - Ficha de análise

7	Contexto/Definição a) b) c)	Fonte
8	Observações	Fonte

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir dos dados obtidos por meio das fichas de análise, foram elaboradas as fichas de síntese, nas quais foram relacionados e comparados os conceitos e contextos recolhidos no corpus de análise e registrada nas fichas de análise, como mostrado no Quadro 5:

Quadro 5 – Ficha síntese

1	Nº de identificação			
2	Designação principal:			
3	Características:	A	B	C
	Conceito a)			
	Conceito b)			
	Conceito c)			
4	Definição:			

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Por meio da comparação dos dados levantados com o recurso da ficha de síntese, é possível propor uma definição que sintetize as principais características analisadas de cada conceito. Com base nas interpretações e inferências realizadas a partir dessa análise, foi possível identificar as principais diferenças e semelhanças e outras conexões entre os conceitos.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguem-se os resultados das interpretações das leituras dos textos identificados no corpus de análise, ordenados conforme apresentados. Deve-se advertir que o que se apresenta na sequência são notas tomadas a partir da análise artigos, visando uma primeira aproximação e a identificação dos elementos de interesse para a investigação proposta.

7.1 A base bibliográfica sobre feminismo na literatura da ciência da informação

Com a finalidade de entender como se constitui a base bibliográfica sobre mulheres e feminismos na ciência da informação, foi realizada a análise das referências, a qual identifica características e mapeia a comunicação científica. Andrade e Jung (2013), explicam que a existência de pesquisas que verifiquem e estabeleçam indicadores sobre os documentos mais citados contribui com a qualidade informacional, pois se trata de um campo de estudo em expansão e com necessidade de pesquisas atuais.

Para entender o embasamento teórico adotado em relação ao domínio mulher e feminismos nos textos analisados, foram aplicados métodos bibliométricos para identificar o referencial bibliográfico mais utilizado, com a intenção de analisar o comportamento científico do domínio bem como identificar as tendências deste domínio.

Recuperaram-se as referências contidas nos textos recuperados para a análise e assim realizou-se uma sistematização dos autores mais citados indicando-se a quantidade de ocorrências de cada autor nos textos utilizados (Quadro 6). Considerando que o número de dados levantados era muito alto, e a grande maioria tinha ocorrência de dois ou três, optou-se por analisar os autores que aparecem pelo menos quatro vezes nas referências encontradas. Posteriormente, identificou-se o idioma dos artigos mais citados, a frequência de uso das referências e a temática tratada pelos autores mais citados.

Quadro 6 - Ocorrência de referências bibliográficas mais utilizadas no domínio mulher
(continua)

Autores	Ocorrência de citação de autor	Obra	Ocorrência de citação de obra
Olson, H.A.	27	Olson, H.A. (1991)	1
		Olson, H.A. (1996)	2
		Olson, H.A. (1997)	1
		Olson, H.A. (1998)	2
		Olson, H.A. (1999)	3
		Olson, H.A. (2001a)	2
		Olson, H.A. (2001b)	2
		Olson, H.A. (2001c)	1
		Olson, H.A. (2002a)	2
		Olson H.A. (2002b)	1
		Olson, H.A. (2003)	2
		Olson, H.A. (2004)	1
		Olson, H.A. (2007)	3
Olson, H.A.; Ward, D.B.		Olson, H.A.; Ward, D.B. (1997)	1
Olson, H.A.; Schlegl, R.		Olson, H.A.; Schlegl, R. (2001)	3
Olson, H.A.; Nielsen, J.; Dippie, S.		Olson, H.A.; Nielsen, J.; Dippie, S. (2002)	1
Hjørland, B.	8	Hjørland, B. (1993)	1
		Hjørland, B. (1998)	1
		Hjørland, B. (2002a)	1
		Hjørland, B. (2002b)	1
		Hjørland, B. (2004)	1
		Hjørland, B. (2008)	1
		Hjørland, B. (2009)	1
Hjørland, B.; Albrechtsen, H.		Hjørland, B.; Albrechtsen, H. (1995)	1
Agamben, G.	8	Agamben, G. (2001)	1
		Agamben, G. (2006)	1
		Agamben, G. (2008)	1
		Agamben, G. (2010)	1
		Agamben, G. (2016)	1
		Agamben, G. (2011)	1
		Agamben, G. (2013)	1
		Agamben, G. (2017)	1
St. Pierre, E.A.	7	St. Pierre, E.A. (2011a)	1
		St. Pierre, E.A. (2011b)	1
		St. Pierre, E.A. (2012)	1
		St. Pierre, E.A. (2013)	1
		St. Pierre, E.A. (2014)	1
		St. Pierre, E.A.; Jackson, A.Y; Mazzei. L. (2016)	1
St. Pierre, E.A.; Jackson, A.Y; Mazzei. L.		St. Pierre, E.A.; Jackson, A.Y; Mazzei. L. (2016)	1
St. Pierre, E.A.; Lather., P.		St. Pierre, E.A.; Lather., P. (2013)	1
García Gutiérrez, A.	6	García Gutiérrez, A. (2006)	1
		García Gutiérrez, A. (2011)	2

(Continuação) Quadro 6 - Ocorrência de referências bibliográficas mais utilizadas no domínio mulher (continua)

		García Gutiérrez, A. (2013)	2
		García Gutiérrez, A. (2014)	1
Fox, M.	6	Fox, M. (2011)	1
		Fox, M. (2014a)	1
		Fox, M. (2014b)	1
		Fox, M. (2016)	1
Fox, M.; Reece, M.A.		Fox, M.; Reece, M.A. (2012)	1
Fox, M.; Olson, H.A.		Fox, M.; Olson, H.A. (2013)	1
Pinho, F.A.	6	Pinho, F.A. (2010)	3
		Pinho, F.A. (2014)	1
Pinho, F.A.; Nascimento, F.A.; Marinho, A.C.M.		Pinho, F.A.; Nascimento, F.A.; Marinho, A.C.M. (2013)	1
Pinho, F.A.; De Melo, L.A.F.; De Oliveira, J.P.		Pinho, F.A.; De Melo, L.A.F.; De Oliveira, J.P. (2019)	1
Miranda, M.L.C.	5	Miranda, M.L.C. (1999)	1
		Miranda, M.L.C. (2007)	2
Miranda, M.L.C.; Oliveira, J.X.; Paranhos, J.		Miranda, M.L.C.; Oliveira, J.X.; Paranhos, J. (2011)	2
Cassin, B.	5	Cassin, B. (1990)	1
		Cassin, B. (1993)	1
		Cassin, B. (1999)	1
		Cassin, B. (2005)	1
		Cassin, B. (2017)	1
Dahlberg, I.	5	Dahlberg, I. (1978)	2
		Dahlberg, I. (1993)	1
		Dahlberg, I. (2006)	2
Spremovic-Radjenovic, S.	4	Spremovic-Radjenovic, S. (2012)	1
		Spremovic-Radjenovic, S. (2015)	1
Spremovic-Radjenovic, S.; Lazovic, G.; Nikolic, B.		Spremovic-Radjenovic, S.; Lazovic, G.; Nikolic, B. (2006)	1
Spremovic-Radjenovic, S., Popović V, Matijasević S, Lazović G, Petković S.		Spremovic-Radjenovic, S., Popović V, Matijasević S, Lazović G, Petković S. (1997)	1
Capurro, R.	4	Capurro, R. (1992)	1
		Capurro, R. (1996)	1
		Capurro, R. (2008)	1
Capurro, R.; Hjørland, B.		Capurro, R.; Hjørland, B. (2007)	1
Derrida, J.	4	Derrida, J. (1998)	1
		Derrida, J. (2004)	1

Continuação) Quadro 6 - Ocorrência de referências bibliográficas mais utilizadas no domínio mulher (final)

		Derrida, J. (2005)	1
		Derrida, J. (2013)	1
Bourdieu, P.	4	Bourdieu, P. (1999)	1
		Bourdieu, P. (2004)	1
		Bourdieu, P. (2011)	1
		Bourdieu, P. (2012)	1
Berman, S.	4	Berman, S. (1971)	2
		Berman, S. (1984)	1
		Berman, S. (1993)	1

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Para a definição do indicador quantitativo de idioma, foi levado em consideração o idioma do título, sendo assim, verificou-se que das 102 referências apenas as seis referências ao trabalho de Pinho, F. A. são em português, de modo que o idioma inglês é o mais utilizado pelos autores da amostra. Volpato (2005, p.7) entende que existe um pensamento na comunidade científica, na qual, há uma qualidade maior nas pesquisas estrangeiras em relação às pesquisas nacionais, assim, dando preferência aos artigos internacionais.

Righetti (2018) explica que a produção científica brasileira está “escondida” da grande mídia. A autora ainda ressalta que o Brasil produz aproximadamente 2% da ciência mundial, porém a ciência estrangeira tem estratégias de divulgação no mundo todo, enquanto no Brasil a divulgação precisa ser repensada.

A autora Hope A. Olson foi a que mais apresentou mais referências citadas pelo corpus selecionado, com incidência de 27 ocorrências, sendo apenas três artigos com incidência de três citações (1999; 2001c, 2007), seis artigos com incidência de duas citações (1996; 1998; 2001a; 2001c; 2002a; 2003) e sete artigos com incidência de uma citação (1991; 1997; 2001b; 2002b; 2004). Apresentou também três trabalhos com coautoria, apenas um com incidência de três citações (2001) e os outros com uma citação (1997; 2002). Sendo assim, a autora pode ser considerada uma autora de alto impacto.

Os artigos de Olson com mais relevância que alcançaram índice três de incidência em citação, são: “Exclusivity, teleology and hierarchy: our aristotelian legacy” (OLSON, 1999). Esse artigo discute o pensamento classificatório na tradição ocidental por meio das análises de Aristóteles, a autora traz como objetivo do trabalho investigar as especificidades culturais do ocidente na prática da classificação e evidencia a necessidade de analisar a classificação enquanto uma construção cultural, de modo a destacar as incompatibilidades com outras culturas

assim marginalizando culturas orientais.

O segundo artigo mais citado da autora em foco, “How we construct subjects: a feminist analysis”, (OLSON, 2007) retoma, de certo modo, a temática do artigo de 1999 analisado no parágrafo anterior e discute a lógica aristotélica utilizada para estruturação de tesouros e cabeçalhos de assunto, explorando como as críticas sociais se manifestam nos padrões de organização da informação.

O terceiro artigo mais citado de Hope A. Olson conta com a participação da autora Rose Schlegl e é intitulado “Standardization, objectivity and user focus: a meta-analysis of subject access critiques” (OLSON, SCHLEGL, 2001). Nesse trabalho, as autoras analisam a literatura para melhorar o viés sistêmico identificado nos sistemas de organização do conhecimento, as autoras se utilizaram da análise textual que revela que os princípios básicos do acesso ao assunto – catalogação, objetividade e padronização com foco no usuário – são problematizados na literatura e podem ser o melhor ponto de partida para pesquisas futuras.

É possível perceber nos trabalhos citados nos parágrafos imediatamente anteriores que Hope A. Olson prioriza os assuntos de classificação e a crítica às visões clássicas, isso também fica claro nos artigos que contém incidência de duas ocorrências, como acontece, por exemplo, com o artigo publicado em 1996, no qual a autora discute como a Classificação Decimal de Dewey marginaliza grupos e tópicos fora do conhecimento canônico, e o artigos publicados em 1998, nos quais ela se utiliza das concepções de “espaços retóricos” e “espaços paradoxais” para desenvolver uma visão mais complexa sobre a classificação. No artigo publicado em 2002, a autora trata o viés das classificações.

Nos artigos publicados em 2001 e 2003 (OLSON, 2001a; 2003) a autora utiliza do conceito de desconstrução do filósofo francês Jacques Derrida. No primeiro artigo (OLSON, 2001a) a aplicação se dá nos sistemas de organização para adaptá-los, assim, com vistas a torná-los mais éticos e inclusivos. No segundo artigo (OLSON, 2003), a abordagem desconstrutiva se dá como metodologia de pesquisa em organização do conhecimento.

É possível perceber em todas as publicações que a autora utiliza de aplicações práticas direcionadas às mulheres e feminismos, e também à outros grupos marginalizados, além da abordagem da desconstrução adotada pelo feminismo para promover uma atualização dos sistemas de organização do conhecimento, assim, garantindo a representação de todos nos sistemas.

Entre os textos mais referenciados, apenas quatro artigos obtiveram incidência de três citações. Três deles já foram abordados nesta seção, sendo artigos de autoria de Hope A. Olson. O quarto texto mais referenciado é a tese intitulada: “Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina: uma análise da precisão de linguagens de indexação brasileiras”, publicada em 2010, de autoria de Fabio A. Pinho, em português. Nesse trabalho, o autor trata sobre os aspectos éticos na organização e representação do conhecimento, mais especificamente a terminologia utilizada nas linguagens de indexação em domínios específicos como a homossexualidade masculina.

Dentre os artigos que obtiveram incidência de duas ocorrências de citação de Berman (1971) se destaca por tratar sobre viés em cabeçalhos de assunto da Biblioteca do Congresso (LCSH) e propor alterações e exclusões de cabeçalhos na intenção de melhorar a precisão da linguagem utilizada ao abordar tópicos que podem carregar algum tipo de viés.

Miranda (2007) analisa a representação do etnoconhecimento de afrodescendentes em sistemas de organização do conhecimento. Utilizando-se da Classificação Decimal de Dewey como objeto de análise, o autor entende que o sistema que é utilizado mundialmente há anos não representa corretamente conteúdos que não foram concebidos pela visão eurocêntrica. Em um complemento da questão, Miranda, Oliveira e Paranhos (2011) abordam a representação do etnoconhecimento em sistemas de organização do conhecimento, analisando a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal e a Classificação da Biblioteca do Congresso, os autores propõem uma organização por sistemas e organização colaborativos com uma metodologia participativa para uma representação mais inclusiva. Nos dois artigos, os autores abordam a mulher negra enquanto exemplos para mostrar a falta de representação dos sistemas.

Garcia Gutierrez (2011) discute a lógica de classificação global em redes digitais que assume o padrão ocidental. O autor utiliza-se do método da “desclassificação” para propor uma representação que alcance todas as culturas, garantindo uma representação real e mais satisfatória da diversidade cultural. Justifica a adoção do método da “desclassificação” por ser um sistema que instala o pluralismo lógico nos processos de compreensão e detalhamento por meio de

ferramentas metacognitivas. Em outro artigo (GARCÍA GUTIERREZ, 2013), o autor utiliza-se do mesmo método para tratar dos processos de produção, transmissão e organização do conhecimento que sofrem interferências em sua representação por meio da cultura em que está inserida e a visão ocidental dos sistemas de classificação utilizados. Nesse trabalho, o autor aborda a perspectiva paraconsistente para organizar conceitos e suas hierarquias.

Dahlberg (1978) apresenta sua teoria do conceito, por meio da qual afirma que todo enunciado contém um elemento do conceito que identifica suas características, e suas características evidenciam as relações entre os conceitos. A autora divide os conceitos em diferentes tipos: conceitos gerais, conceitos específicos e conceitos individuais. Os conceitos gerais são os que apontam para todos os itens de um determinado tipo, por exemplo: gênero - todos os livros. Os conceitos especiais são os que apontam para alguns itens de um determinado tipo, exemplo: espécie - alguns livros. Conceitos individuais apontam para um único item de um determinado tipo, exemplo: indivíduo - um livro.

Em seu artigo de 2006, Dahlberg aborda uma discussão sobre o termo “organização do conhecimento”, conforme a concepção da ISKO, onde é uma área consolidada e a discussão teórico-científica em torno da organização do conhecimento enquanto disciplina. A autora afirma que no sistema universal das ciências, a organização do conhecimento é considerada um subcampo da ciência da informação.

Tendo isso em vista, a base bibliográfica analisada abrange não somente as mulheres, mas também grupos marginalizados no geral, como os homossexuais e religiões afrodescendentes. Esses domínios compartilham de uma representação que é considerada insuficiente pelos autores. Em uma tentativa de representar e implementar os valores éticos nos sistemas de organização do conhecimento, Olson (2002a), Olson e Schlegl (2001), Berman (1971) tratam essas reflexões apontando e fazendo oposição ao viés sistêmico enraizado nos sistemas de organização do conhecimento. Os artigos analisados apresentam como um dos maiores problemas a serem combatidos a visão de mundo ocidental implementada nos sistemas de organização do conhecimento. Garcia Gutierrez (2011, 2013) chama atenção para isso e se utiliza da teoria da desclassificação para apresentar um novo olhar aos sistemas. Olson (2003) com a mesma motivação utiliza-se da teoria da desconstrução para analisar o domínio do feminismo.

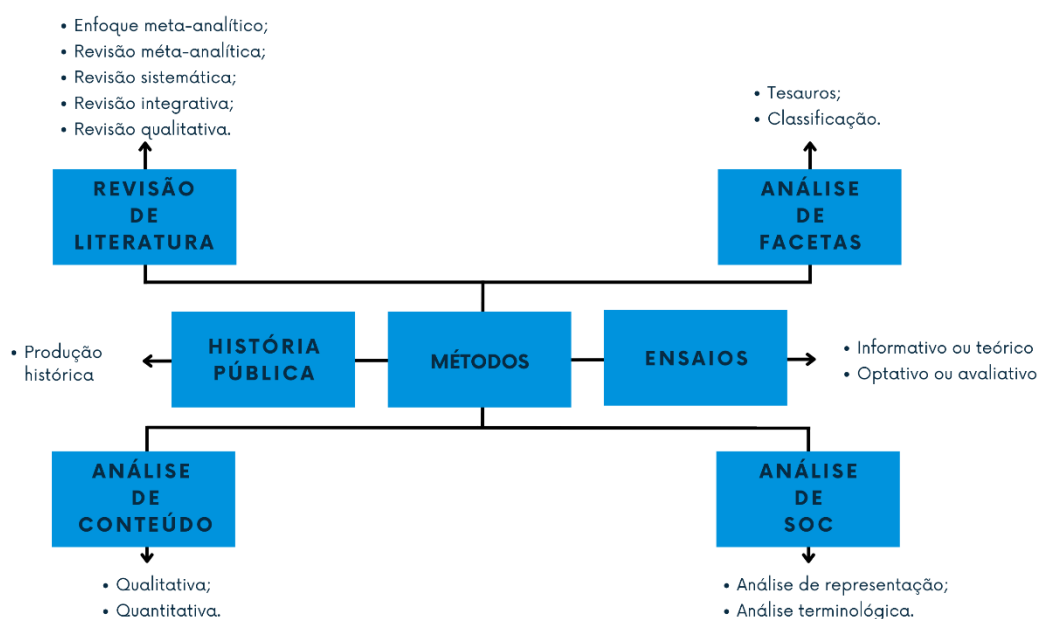
Considerando-se que em qualquer pesquisa os resultados são condicionados pelos métodos que possibilitaram sua obtenção, faz-se necessário entender quais foram as metodologias utilizadas pelos autores que se utilizaram da base bibliográfica analisada em seus artigos. Os métodos aplicados na produção de estudos sobre mulheres e feminismo rastreia as tendências que já foram seguidas pelos autores.

7.2 Metodologias mais utilizadas no domínio mulher

Para alcançar o segundo objetivo proposto, foi realizada a análise das metodologias utilizadas nos artigos recuperados para análise. Desse modo, tornou-se necessário entender quais foram as metodologias utilizadas no domínio da mulher para identificar as tendências de pesquisa já realizadas no domínio.

Recuperaram-se as metodologias contidas nos artigos e assim realizou-se uma sistematização das metodologias mais utilizadas por Medeiros (2000), Britto (2001), Duarte; Cerqueira (2007), Flick (2009), Azevedo (2016), Bardin (2016), Magna Campos (2015), Mariano; Santos (2017), Wojdon; Wisiniewsk (2021), apresentadas na Figura 1. Posteriormente, identificaram-se as especificidades das metodologias e as intenções dos autores com cada uma delas.

Figura 1 - Taxonomia de metodologias utilizadas



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Diante dos métodos identificados, fez-se necessário entender suas especificações, sendo assim, com apoio em Azevedo (2016) compreende-se a revisão de literatura por ser responsável por esboçar uma análise da literatura profunda a respeito de um determinado tema e por apresentar as principais abordagens e teorias reunidas sobre uma temática. Segundo Mariano e Santos (2017) a revisão bibliográfica se divide em cinco tipos: 1) revisão qualitativa: sintetiza os estudos qualitativos, é uma recriação da metanálise aplicada a dados qualitativos; 2) revisão integrativa: é a criação de estudos integradores de conceitos, métodos e opiniões para categorizar, objetivar e lançar novas perspectivas sobre um tema; nesse caso adotar uma sistemática ajuda no processo; 3) revisão sistemática: pesquisa planejada por meio de ações que permitem diminuir o viés da pesquisa combinando os estudos mais relevantes, por isso, possui alta rigorosidade e 4) meta-análises: integra vários estudos primários por meio de técnicas estatísticas, melhorando a validade da pesquisa através do efeito total e magnitude do efeito. 5) Enfoque meta analítico: Utiliza abordagens da revisão qualitativa, integrativa e sistemática, podendo em análises mais profundas utilizar o meta-análises como uma análise final (MARIANO; SANTOS, 2017, p. 431).

Por possuir mais de uma abordagem, a revisão de literatura precisa de um objetivo e escopo bem estabelecidos para a revisão da análise. Com a utilização desse método é possível descobrir tendências dentro do domínio desejado, seu comportamento por longos períodos e as áreas ainda não exploradas, por isso pode ser utilizado em diversas áreas de pesquisa.

O método de análise de facetas foi desenvolvido por Ranganathan (1897-1972). Nele o autor assume que todo e qualquer assunto pode ser dividido e subdividido em cinco categorias ou em uma combinação das mesmas: Personalidade/Entidade (Personality/Entity), Matéria (Matter), Energia (Energy), Espaço (Space), Tempo (Time), mnemonicamente conhecidas pela sigla PMEST. Duarte e Cerqueira (2007) explicam que a análise faceta está sendo utilizada para criação de classificações para o arranjo físico de fontes originais. Esses autores compreendem que a estrutura completa da classificação ou do conhecimento é construída acima dos termos individuais nos quais são analisados em categorias e requisitos pela aplicação de sintaxe dos sistemas (DUARTE, CERQUEIRA, 2007, p.42).

Além de sua aplicação na criação de classificações, a teoria de análise de

facetada é conhecida por contribuir com a construção de tesouros e vocabulários controlados, em conjunto com a teoria do conceito de Dahlberg (1978) é possível identificar os termos, conceitos e suas relações, para o que se requer também a aplicação da norma ISO 25.964-1 de elaboração de tesouros.

O ensaio ou ensaio acadêmico é o gênero textual que analisa casos específicos, apresenta reflexões de uma maneira mais subjetiva que um artigo científico. Magna Campos (2015) explica que o ensaio acadêmico é definido pela interpretação avaliativa do caso analisado, do ponto de vista subjetivo do escritor-autor, mas com base na área ou no campo discursivo, com o qual está vinculado. Medeiros (2000), por sua vez, entende os ensaios enquanto problematizações que destacam o espírito crítico e a originalidade do autor.

Britto (2001) apresenta dois tipos de ensaios científicos: 1) ensaios teóricos, onde o escritor apresenta argumentos em favor ou contrários a teorias, com enfoque em argumentos e fatos científicos que possam prová-lo ou refutá-lo, a autora ainda argumenta que essa forma de pesquisa exige conhecimentos profundos e reflexões profundas. 2) ensaios avaliativos, confrontam-se experiências e/ou teorias conhecidas pelo escritor que são comparadas, julgadas, debatidas e consideradas a fim de uma mudança de opinião e estabelecimento do ponto de vista do escritor (BRITTO, 2001, p. 133).

Os métodos utilizados para analisar tesouros ou classificações nos artigos recuperados tratam de abordagens aplicadas a termos específicos e suas implicações éticas, os autores chamam esse tipo de método de exploratório descritivo, que consiste em conhecer um determinado tema ou domínio e se aprofundar no mesmo, discutindo as estruturas dos sistemas de organização do conhecimento.

Também são feitas análises com abordagens terminológicas em que se analisam os conceitos que fazem parte dos sistemas de organização do conhecimento, o enfoque nessa abordagem é a precisão da indexação e recuperação nos sistemas de organização do conhecimento.

A análise de conteúdo, segundo Flick (2009, p. 291) é definida como “um procedimento clássico para analisar materiais textuais, sem se importar com a origem do mesmo”. Sendo assim, Bardin (2016) organiza a análise de conteúdo em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados por inferências e interpretação.

A pré-análise é realizada por meio de leitura flutuante dos documentos, para que sejam definidas as categorias de análise. Para isso são utilizadas as seguintes regras: exaustividade: em que se consideram todos os elementos do corpus, sem exclusão; representatividade: qualidade de amostra; homogeneidade: documentos e técnicas de coletas de dados que foram observados de modo homogêneo e por fim, pertinência: verifica-se a adequação dos documentos em conjunto com o objetivo da análise.

A segunda fase se refere à exploração do material, Bardin (2016) aborda a aplicação da técnica propriamente dita, e a produção das primeiras inferências e interpretações. Como suporte a essa fase são determinadas as unidades de registro (UR). Na terceira fase, o foco é o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação.

Bardin (2009) distingue a análise de conteúdo sob duas perspectivas: quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores nos quais não indicam frequências susceptíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição (BARDIN, 2009, p. 140). Apesar de possibilitar a análise quantitativa, a análise de conteúdo é considerada um método qualitativo, pelo nível de profundidade da investigação nos materiais textuais.

A metodologia de história pública se dá pelas produções históricas geradas para o público, essa metodologia é aplicada para informar e instruir o público. Wojdon e Wiśniewska (2021) entendem que essa metodologia tem o objetivo de representar em museus, galerias, performances e encenações, a história do público para o público, as autoras ainda defendem que o público pode ser um consumidor ativo ou passivo, mas ainda assim é um consumidor.

Com base na compreensão das especificidades dos métodos de pesquisa, organizou-se uma classificação para ordenar e dispor os estudos elencando-os no corpus de análise (Quadro 7)

Quadro - 7 Métodos utilizados nos estudos sobre mulheres e feminismos (continua)

Autor	Método	Aplicação
Santos, Neves, Silva, Côrtes (2017)	Revisão de literatura	Revisão de literatura sobre a Representação Temática e a diversidade de gêneros como uma (re)construção social
Santos, Costa, Barros, Vital (2020)		As autoras realizam uma revisão de literatura para analisar os termos “afro-brasileiro” e “negro” em tesouros
Pinho, Milani (2020)	Análise de facetas	Para fins de controle terminológico os autores se utilizaram da metodologia de análise de facetas de acordo com as categorias de Ranganathan (1985): PMEST.
Pinho (2017)		O autor se baseou em uma abordagem bibliográfica para organizar os documentos com temáticas a respeito a questões de gênero e sexualidade na organização do conhecimento e as categorizou de acordo com as facetas/categorias do PMEST de Ranganathan (1985).
Fox (2016)		A autora se baseia na pesquisa de Olson para elaborar um estudo explicando a fundo o conceito de interseccionalidade. Tratando-se de um ensaio avaliativo, a autora traz o surgimento do conceito e suas vertentes como também a sua incorporação nos ambientes da organização do conhecimento.
Pinho, Milani (2023)	Ensaio	Os autores debatem os problemas de subjetividade da indexação através dos vieses decorrentes na representação enquanto um problema terminológico, os autores apresentam isso em um ensaio considerado informativo, buscando alternativas para o contexto em que metáforas são inseridas na representação de assunto

(Continuação) Quadro - 7 Métodos utilizados nos estudos sobre mulheres e feminismos (continua)

Menezes (2018)	Ensaio	Trata de conceitos e da sua falta na Organização do Conhecimento sobre o domínio mulher, o enfoque do seu ensaio é informativo e discute como o discurso feminino é silenciado. Chama atenção para as gramáticas culturais existentes que invisibilizam o discurso feminino por códigos linguísticos. A organização do conhecimento é marcada por esse apagamento do discurso por serem sistemas que se utilizam de um pensamento ocidental em sua maioria, e para discutir isso, utiliza-se das teorias de Aristóteles, de Derrida e outros autores
Samuelsson (2011)	Análise de SOC	A autora utiliza-se de teses de doutorado suecas de 1962 e 2005 para averiguar se a classificação, das mesmas, pode ser considerada “feminista” e como os sistemas de classificação suecos as classificam.
Radjenović, Stefanović, Kadija, Jeremić*, Sparić (2016)		As autoras apresentam um sistema de classificação que descreve o sangramento em mulheres em idade reprodutiva conhecido por PALM-COEIN
Silva, Gatto, Íris, Augusto (2018)		Elaboraram um microtesauro com temática LGBTQIAP+ a fim de elaborar um controle terminológico de temática
Sousa, Tolentino (2017)		Os autores utilizam-se de uma análise em tesouros e no AAC2r para analisar a sistematização do referencial teórico que define a organização do conhecimento, as mulheres e os instrumentos de organização
Ribeiro, Decourt, Almeida (2017)	Análise de conteúdo	Utilizam-se do método de análise de conteúdo para apresentar os instrumentos terminológicos inseridos no domínio “gênero” e suas bases teóricas

Continuação) Quadro - 7 Métodos utilizados nos estudos sobre mulheres e feminismos (final)

Ribeiro, Decourt, Almeida (2017)	Análise de conteúdo	Utilizam-se do método de análise de conteúdo para apresentar os instrumentos terminológicos inseridos no domínio “gênero” e suas bases teóricas.
Romeiro, Silva, Lima, Garce, Saldanha (2019)		Com o objetivo de problematizar o discurso produzido nas reportagens sobre casos de feminicídio no Brasil, as autoras utilizam-se da análise de conteúdo para analisar a reprodução de preconceitos pela linguagem.
Adamek, Gann (2018)	História pública	As autoras exploram o uso da metodologia de história pública para contar histórias sobre a relação das mulheres com a ciência e tecnologia no museu de ciência e tecnologia do Canadá.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O método escolhido direciona o estudo para as respostas de seus objetivos, e é importante para validar a pesquisa, mostrando seu valor e confiabilidade, com a intenção de proteger a pesquisa do viés intrínseco ao pesquisador e tornando a pesquisa imparcial.

A partir das análises dos métodos, fez-se necessário entender as perspectivas de pesquisa da pesquisa que abordam o domínio mulher, essa análise demonstra quais são os próximos passos dos pesquisadores na área.

7.3 As perspectivas de pesquisa no domínio mulher e feminismos

Ao longo da pesquisa, os autores se deparam com conceitos, problemas e informações relacionadas ao seu tema de pesquisa que, muitas vezes, não é possível explorar por diversos motivos. Esses temas relacionados são normalmente apresentados na conclusão ou considerações finais do trabalho e contribui para o direcionamento de outras pesquisas na área.

Entre os artigos analisados apenas sete artigos apresentaram de modo explícito propostas de futuras pesquisas, como mostrado no Quadro 8.

Quadro 8 - perspectivas de pesquisa sobre mulheres e feminismos na organização do conhecimento (continua)

Autores	Perspectiva de pesquisa
Pinho (2017)	Promover uma visão geral de contextualização de metáforas em possíveis tendências e desafios para futuras pesquisas em organização e representação do conhecimento e questões de gênero e sexualidade.
Sousa, Tolentino (2017)	Reformular as demandas sobre as representações do domínio mulher nos instrumentos documentários de acordo com as agendas de pesquisa de organização do conhecimento que incluem os temas mulher e machismo em suas discussões, possibilitando uma abordagem participativa entre a sociedade e academia, assim fundando novas perspectivas que rompem categorias discriminatórias.
Ribeiro, Decourt, Almeida (2017)	Analisar o tema gênero para sistemas facetados com recortes por categorias, assim possibilitando entender a lógica dos sistemas e a necessidade de atualização das linguagens utilizadas por eles.
Santos, Costa, Barros, Vital (2020)	Construir um posicionamento ético perante a organização do conhecimento e compreender se a dimensão social incentiva a área de organização e representação do conhecimento.
Pinho, Milani (2020)	Uma reflexão ética no domínio da organização do conhecimento para identificar os pressupostos tomados no contexto da organização do conhecimento, e entender seus valores éticos.
Samuelsson (2011)	Quais interesses são atendidos pela omissão das premissas do discurso feminista nos sistemas de organização do conhecimento? Quem se beneficia com a invisibilidade do material feminista? Por que a insistência em trabalhar com sistemas de organização do conhecimento universais? Quais temas que continuam a tornar os materiais feministas invisíveis edições após edição nos sistemas de classificação? Por que a falta de investimento em sistemas específicos de organização do conhecimento para materiais feministas e de gênero? A construção de uma estratégia feminista para a organização do conhecimento em bibliotecas para indexar e classificar material feminista.
Pinho, Milani (2013)	A recuperação da informação de necessidades específicas, no âmbito da representação de assunto pelo uso do eufemismo e ortofeminismo

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Pinho, Milani (2013) e Sousa, Tolentino (2017) tratam sobre os aspectos da representação do domínio mulher perante a organização do conhecimento, os autores entendem que são necessárias abordagens mais abrangentes para recuperar e representar o domínio nos sistemas de organização do conhecimento. Sousa e Tolentino (2017) citam a agenda de pesquisa de organização do conhecimento em seu trabalho e como a inclusão dos temas envolvendo o domínio mulher e machismo são abordados e a necessidade da expansão e aprofundamento dos temas.

Pinho e Milani (2013) tratam da necessidade de recuperar informações específicas do domínio, os autores se explicam que no ato de indexação a precisão terminológica pode disfarçar preconceitos na representação, assim, levando a vieses na representação.

Samuelsson (2012) traz algumas perguntas sobre a invisibilidade da temática feminista na organização do conhecimento, a autora reflete que respondendo a essas perguntas e entendendo como ocorre a omissão do material feminista por meio dos sistemas de organização será possível construir uma estratégia para representar o assunto. A autora entende que é necessário analisar os sistemas de organização do conhecimento que indexam e classificam textos feministas na bibliográfica sueca.

Pinho e Milani (2020) e Santos, Costas, Barros e Vital (2020) colocam a ética enquanto um objeto de estudo importante para o domínio da organização do conhecimento, pois há uma influência de visões na representação que interfere na recuperação do conhecimento. Olson (2002) enfatiza que existe uma escolha na representação de conteúdos, ela destaca que instrumentos, como, catálogos ou pontos de acesso por assunto, são instrumentos construídos e carregam, portanto, um viés que reflete valores dominantes de uma sociedade. Assim, faz-se necessário entender como a organização do conhecimento enquanto área de estudo lida com o viés.

Cabe ressaltar que todas as perspectivas identificadas, além de combinar as temáticas do domínio mulheres e feminismos com organização e representação do conhecimento, tratam da necessidade de entender as lógicas aplicadas aos sistemas, como ocorre, por exemplo, em Ribeiro, Decourt, Almeida (2017), que debateram a representação do domínio mulheres e feminismos no âmbito da linguagens documentárias, realizaram um mapeamento em instrumentos terminológicos e

destacaram a importância de estender a análise a outros tipos de SOC, como sistemas facetados com recorte por categorias, para viabilizar que o tema gênero seja estudado de forma lógica nesse tipo de sistema.

Em uma visão terminológica, Pinho (2017) chama atenção para as metáforas utilizadas pelos domínios na representação, pois a utilização de metáforas na indexação compreende e contextualiza termos que pertencem a determinada comunidade, assim, representando-a.

As perspectivas de pesquisas relatam um olhar interdisciplinar para o domínio mulheres e feminismos abordando a ética dos sistemas de organização do conhecimento, a mudança necessária para melhorar a representação terminologicamente para a erradicação dos vieses institucionalizados nos sistemas

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação do conhecimento é influenciada pela forma com que o mundo, de modo geral, é classificado e é preciso observar que os sistemas de organização do conhecimento não levam em consideração todas as culturas; isso seria impossível. Sendo assim, chama-se a atenção para a função social dos sistemas de organização do conhecimento, que podem reforçar ou mesmo criar preconceitos, mas também podem ajudar a suprimi-los. No caso do domínio mulheres e feminismos existem a necessidade de atualização e desenvolvimento de SOC melhores para coleções específicas de materiais feministas, assim comprometendo a visibilidade deles.

Com isso, este trabalho teve como objetivo entender como se constitui a base bibliográfica sobre mulheres na ciência da informação. Destaca-se nesse cenário a pesquisadora estadunidense Hope A. Olson como a autora que apresentou maior ocorrência de citações, aparecendo 27 vezes e com 3 artigos sendo os mais citados: “Exclusivity, teleology and hierarchy: our aristotelian legacy”, de 1999, “How we construct subjects: a feminist analysis”, de 2007 e “Standardization, objectivity and user focus: a meta-analysis of subject access critiques”, de 2001. A autora aborda assuntos como classificação e sistemas de organização do conhecimento e se utiliza de aplicações práticas e exemplificações direcionadas às mulheres e grupos marginalizados.

Entre os artigos identificados como componentes da base bibliográfica do corpus de análise desta pesquisa, identificou-se uma tendência na produção de trabalhos que tratam sobre as temáticas de viés, marginalização de grupos étnicos e mulheres. Esses domínios compartilham de uma representação que é considerada insuficiente pelos autores, assim, aspectos terminológicos e a atualização dos SOC foram abordadas pelos autores para suprir as necessidades desses domínios.

Em relação às metodologias utilizadas pelos autores que tratam da temática organização do conhecimento e sua inter-relação com o domínio da mulher, foi possível perceber que a análise de sistemas de organização do conhecimento por meio de análises de representação ou terminológicas foram as mais realizadas, mostrando que é necessária a atualização desses sistemas para serem mais inclusivos.

As perspectivas de pesquisa identificadas tratam de abordar os SOC perante

uma visão ética e pesquisas terminológicas para identificar os vieses contidos neles, e a melhor forma de atualização para representar o domínio corretamente.

As perspectivas de pesquisa mobilizam a construção de novos conteúdos feministas para a transformação dos SOC e diminuição da desigualdade de gênero e social. Com esse pensamento, entende-se que é importante haver novas contribuições nas quais seja possível refletir sobre como a ciência pode influenciar o mundo. Pesquisas que partem de uma perspectiva feminista têm crescido e contribuem para novos olhares e interpretações de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABATH, R. J.; IRELAND, T. D. A tecnologia da informação e comunicação e o empoderamento da mulher. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002.

ABRIC, J. Abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S.; OLIVEIRA, D. C. (org.) **Estudos interdisciplinares de representações sociais**. Goiânia: AB, 1998.

ABRIC, J. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. DANS: GUIMELLI, C. (Ed.). **Structures et transformations des représentations sociales**. Paris, Delachaux et Niestlé, p. 73-84, 1952.

ALMEIDA, J. S. de. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série-Estudos** - Periódico Do Programa De PósGraduação Em Educação Da UCDB, (31), 2013.

ALMEIDA, S. P. de. **"Meu corpo, minhas regras"**: uma análise do discurso feminista na internet. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia.) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, [S. l.], p. 44, 2014.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A **"revisão de literatura" em teses e dissertações**: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-44

AMORIM, I. S.; CAFÉ, L. M. A. **Os conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio**. Hjørlandiana. XVII ENANCIB: Descobrimientos da Ciência da Informação: Desafios da Multi, Inter e Transdisciplinaridade. Disponível em: < file:///C:/Users/lidiane.freitas/Downloads/3580-11884-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ANDRADE, Fabiana Souza de; JUNG, Carlos Fernando. Análise de referências utilizadas por pesquisadores na revista Gestão & Produção. **Transinformação**, Campinas, v. 1, n. 25, p. 19-25, fev. 2013.

ANDERMACH, S.; LOVELL, T.; WOLKOWITZ, C. **A glossary of feminist theory**. London: Arnold, 1997.

ARRUDA, L. A. As representações sociais: desafios de pesquisa. **Revista de Ciências Humanas**. v.1, n.1. 1982.

ARRUDA, L. A. **Estratégias desconstrutivas**: a crítica feminista da representação. 169 f. Monografia (Doutorado) - Curso de Artes Visuais, Universidade de São Paulo Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2013.

ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais e Teoria de Gênero. Cad. Pesquisa, São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 117, p. 127 nov. 2002.

AUAD, D. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Azevedo, D. Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – diferenças e propósitos. **Working paper**, 2016. Disponível em: <<https://unisinos.academia.edu/DeboraAzevedo/Papers>> Acesso em 15 de jul. de 2022.

AZEVEDO NETTO, C. X.de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão, Dourados**, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul.-dez. 2007.

BERGER, J. **Ways of seeing**. Harmondsworth: Penguin, 1987.

BRASIL, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Da violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/11340.htm#art46 (Acesso em 16 dez. 2022).

BRASIL. Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012. Prevê modificação à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de maio de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/12650.htm (Acesso em: 16 dez. 2022)

Brasil. Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Prevê atendimento obrigatório a pessoas em situação de violência sexual. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1º de agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12845.htm. (Acesso em: 16 dez. 2022)

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Prevê feminicídio como circunstância qualificadora de crime de homicídio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de março de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13104.htm. (Acesso em: 16 dez. 2022)

BRINDER, R. B.; DENYER, D. **Systematic review and evidence synthesis as a practice and scholarship tool**. In: ROUSSEAU, D. M. (Ed.). Handbook of evidence - based management: companies, classrooms, and research. New York: Oxford University Press, 2012. p. 328 - 374.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. CAZENEUVE, J. Dicionário de sociologia. Lisboa: Verbo, 1982

CABRÉ, M.T. La terminología - teoria, metodología, aplicaciones (trad. castelhana de Carles Tebé). **Barcelona**: Editorial Antàrtida/Empúries, p. 529, 1993.

CAMPOS, M. **Manual de Redação Científica: ensaio acadêmico, relatório de experimento e artigo científico**. [S.l]: [S.l.], 2015. 47 p.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**.v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em:< <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>> Acesso em: 11 de nov. 2022.

CERVANTES, B. M. N. Identificação e representação de conceitos por meio de termos. **Inf. & Soc**, Est., João Pessoa, v. 4, n.30, p. 1-14, out. 2020.

CINTRA, A. M. M.; TÁLAMO, M. de F. G. M.; LARA, M. L. G. de; KOBASHI, N. Y. **Para entender as linguagens documentárias**. 1. ed. São Paulo: EDITORAPOLIS, p. 72, 1994.

COUTINHO, C. **Metodologia de investigação em ciências sociais**. Coimbra: Almedina, 2015.

COELHO, M. G. **GÊNEROS DESVIANTES**: o conceito de gênero em Judith Butler. 2018. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Cap. 4.

CRUZ, L. A. **Crítica epistemológica do feminismo**. III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luiz - MA, p. 1-14, 2007.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, 2006.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DE LAURETIS, T. **Alice Doesn't**. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

DERRIDA, J. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DANUELLO, J.C. **Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil**: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado) – UNESP, Marília, 2007.

DERRIDA, J. **Margens da Filosofia**. Campinas: Papirus, 1991.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. IN: **Os pensadores**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DIAS, C.C. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 25, n.2, p.6-17, 2015

DUARTE, E. A.; CERQUEIRA, R. F. P. de. ANÁLISE FACETADA: um olhar face à modelagem conceitual. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n. 4, p. 39-52, jun. 2017.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

DUSCHATZKY, S. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA; SKILAR, (Orgs.). **Habitantes de Babel**: políticas epoiéticas

da diferença. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 119- 138.

D'AMORIM, M. A. Estereótipos de gênero e atitudes acerca da sexualidade: estudos sobre jovens brasileiros. **Temas em psicologia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 1-14, 1997.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul.2001.

ESPÍRITO SANTO, P. Os estudos de gênero da Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.

Flick, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995)

FOX, M. J. Prototype theory: an alternative concept theory for categorizing sex and gender? **Knowledge Organization**, v. 38, n. 4, p. 328-334, 2011.

GAGE, Matilda Joslyn. **Woman, Church and State**. Chicago: Charles Kerr & Co., 1893.

GAMBLE, E.B. **The evolution of Woman**. New York: G.P. Putnam's Sons, 1894.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación**. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay**. Transinformação, Campinas, 23(1): 5-14, jan./abr., 2011a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Exomemoria y cultura de frontera: hacia una ética transcultural de la mediación**. VII Congreso Internacional sobre Organización del Conocimiento celebrado en Granada (España), 2002b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **La descolonización de los saberes: itinerários de paraconsistência**. In: 20 años del capítulo español de ISKO. Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español (Ferrol, 2011) Universidade da Coruña (España), 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2019.

GROSSI, M. P. ; Pedro, J. M. **Introdução**. In: PEDRO, Joana e Grossi, Miriam. (Org.). Masculino feminino plural. Florianópolis: Editora das Mulheres, p. 11-14, 1998.

GUIM, V. L. R.; FUJITA, M. S. L. **As linguagens de indexação e a análise de domínio**. p. 125-134, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135209>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GUIMARÃES, C.; OLIVER, G.S. **Ciência feminista, história e epistemologia**. In: Moura, B. A., e Forato, T. C. M., comps. Histórias das ciências, epistemologia, gênero e arte: ensaios para a formação de professores [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017, pp. 237-253. ISBN 978- 85-68576-84-7.

<https://doi.org/10.7476/9788568576847.0013>.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.13-21, jan./abr., 2014.

GUIMARÃES, J. A. C. Organização do conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84-98, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/45619>. Acesso em: 01 abr.2022.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, Df, v. 1, n. 41, p. 13-21, abr. 2014.

HARDING, S. **Feminism and methodology**. Indiana: Indiana University.1987.

HARDING, S. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University.1986.

HART, C. **Doing a literature review: releasing the social science research imagination**. Londres: Sage, 2009. Disponível em: Acesso em: 5 abr. 2018.

HJØRLAND, B. Knowledge organization (KO). **Knowledge Organization**, v.43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995.

HJØRLAND, B. Domain analysis: a socio-cognitive orientation for Information Science research. **Bulletin of the American Society for Information Science and Technology**, v. 30, n.3, Feb./Mar. 2004. Disponível em: <http://www.asis.org/Bulletin/Feb-04/hjorland.html>.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches—traditional as well as innovative. **Journal of documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos: Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. The Hague, 2009. Disponível em: Acesso em: 20 abr. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional requirements for bibliographic records: final report**. The Hague, 1998. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2022. Aprovado pelo Standing Committee of the IFLA Section on Cataloguing em setembro de 1997 e alterado e

corrigido até fevereiro de 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Guidelines for Online Public Access Catalogue (OPAC) displays**: final report: may 2005. München: K. G. Saur, 2005. Recommended by the Task Force on Guidelines for OPAC Displays. Approved by the Standing Committee of the IFLA CataloguingSection.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964**: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1: thesauri for information retrieval. Genebra, 2011.

JAPIASSÚ; M. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. VERJ. p. 17-45, 2001.

KETZER, P. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. In: **Revista Argumentos**, ano 9, n. 18, Fortaleza, p 95-106, 2017.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. **INFORMARE**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, jul./dez. 1996.

LARA, M. L. G. de; TÁLAMO, M. de F. G. M. Informação e produção de sentido: a integração da categoria recepção no processo documentário informacional. **Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias**, São Paulo, 1 ed. 2, n.2, 2008.

LARA, M. L. G. Linguagens documentárias: instrumentos de mediação e comunicação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 26, n. 1-2, p. 72-80, 1993. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/10/pdf_e15bf0575c_0019242.pdf. Acesso em: 10 de maio 2022.

LARA, M. L. G. **Linguística** documentária: seleção de conceitos. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, 2009.

LIMA, V. M. A. **Da classificação do conhecimento científico aos sistemas de recuperação de informação**: enunciação de codificação e enunciação de decodificação da informação documentária. 2004. 156f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes (ECA), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

LIMA, V. M. A. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LOURENÇO, C. de À. L. **Modelagem de dados como ferramenta de análise de padrões de metadados em bibliotecas digitais**: o padrão de metadados brasileiro para teses e dissertações segundo o modelo entidade - relacionamento. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação,

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2005.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MAI, J-E. Classification in context: relativity, reality, and representation. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 31, n. 1, p. 39-48, 2004. Disponível em: http://jenserikmai.info/Papers/2004_ClassificationInContext.pdf. Acesso em: 13 set. 2018.

MAIA, R. L. (Coord.). **Dicionário de sociologia**. Porto: Porto Editora, 2002.

MAIMONE, G. D. **Glossário de Indexação e Resumos**. 2006.

MARIANO, A. M.; SANTOS, M. R. Revisão da Literatura: apresentação de uma abordagem integradora. **Aedem International Conference**, Reggio di Calabria (Italy), v. 1, n. 1, p. 427-443, out. 2017.

MCHUGH, MC, & COSGROVE, L. **Métodos de Pesquisa Feminista: Estudando Mulheres e Gênero**. Em MA Paludi (Ed.), guia Praeger para a psicologia do gênero. Praeger Publishers/Greenwood Publishing Group. 155-18, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000.

MEY, E. S. A. **Catálogo e descrição bibliográfica: contribuições a uma teoria**. Brasília: ABDF, 1987.

MILANI, S. O. **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**. 2010. 140 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, S. **On social representations**. Em: FORGAS, J. P. Social Cognition. London: Academic press. 1982

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p.647-654, set./ dez. 2006. Disponível em: Acesso em: 27 abril 2021.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul. / dez.1996.

OLIVEIRA, E. F. T.; GRÁCIO, M. C. C. Studies of author cocitation analysis: a bibliometric approach for domain analysis. **IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 12–23, 2013.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries.** Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, H. A. Difference, culture and change: The untapped potential of LCSH. **Cataloging & Classification Quarterly** 29:53-71, 2000.

OLSON, H. A. Patriarchal Structures of Subject Access and Subversive Techniques for Change. **The Canadian Journal of Information and Library Science** 26:1-26, 2001a.

OLSON, H. A.; Schlegl, R. Standardization, Objectivity, and User Focus: A Meta-Analysis of Subject Access Critiques. **Cataloging & Classification Quarterly** 32, no. 2: 61-80, 2001.

OLSON, H. A. and Schlegl, R. Standardization, Objectivity, and User Focus: A Meta-Analysis of Subject Access Critiques. **Cataloging & Classification Quarterly** 32, no. 2: 61-80, 2002.

PERISSÉ, A. R., Gomes, M. D. M., Nogueira, S. A., & Gomes, M. D. M. Revisões sistemáticas (inclusive metanálises) e diretrizes clínicas. Gomes da M, organizador. **Medicina baseada em evidências: princípios e práticas.** Rio de Janeiro (RJ): Reichmann & Affonso, p. 131-48, 2001.

PICKARD, A. J. **Research methods in information.** London: Facet Publishing, 2013.

RABENHORST, E. R.; CAMARGO, R. P. do A. (Re)presentar: contribuições das teorias feministas à noção da representação. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 981-1000, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000300013>.

RIGHETTI, S. Ciência na mídia: onde estão os estudos de pesquisadores brasileiros? In: VOGT, Carlos; GOMES, Marina; MUNIZ, Ricardo (org.). **COMCIÊNCIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.** Campinas, Sp: Bcc/ Unicamp, 2018. Cap. 3. p. 23-29.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. La integració de la dona en els llenguatges documentals: una utopia necessària. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, Barcelona, n. 18, 2007. Disponível em: <http://www2.ub.edu/bid/consulta_articulos.php?fichero=18rodri1.htm>. Acesso em: 24 jun. 2009.

RODRÍGUEZ BRAVO, B. The Visibility of Women in Indexing Languages. In: BUDIN, G.; SWERTZ, C.; MITGUTSCH, K. (Ed.). **Knowledge Organization for a Global Learning Society. Würzburg:** ERGON Verlag, 2006. (Advances in Knowledge Organization, 10). p. 413-422.

RODRIGUEZ MAGDA, R. M. Género. In: Cobo Bedia, R; Ranea, B. (ed.). **Breve diccionario de feminismo.** Madrid: Editorial Catarata, 2020. p. 119-121.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SANDER, V. First wave feminism. In: **The Icor critical dictionary of the feminism and postfeminism**. Cambridge: Icor Books, 1999.

SARDENBERG, C. M. B.; COSTA, A. A. A. (Org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, v. 8. (Coleção Bahianas). 2002.

SAU, V. **Diccionario ideológico feminista I**. Barcelona: Icaria, 2000.

SCARTASSINI, V. B.; BARROS, T. H. B. **Feminismo e ciência da informação: uma abordagem a partir da análise de discurso**. Londrina: Inf. Inf, v. 26, n. 3, p. 450 – 477, 13 jul. 2021.

SILVA, J. P. A. da; CARMO, V. M. do; RAMOS, G. B. J. R. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. **Revista de Direitos Humanos em Perspectiva**, [s. l.], v. 1, ed. 1, p. 101-122, 27 jul. 2021.

SIMÕES, A. Estereótipos relacionados com os idosos. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 19, n.1, p. 207-234, 1985.

SIMÕES, M. G. **Classificações bibliográficas: percurso de uma teoria**. Coimbra: Almedina, 2011.

SMIRAGLIA, R. P. **Domain coherence within knowledge organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries**. [S.l.]: CAIS/ACSI, 2011.

SOUSA, A. S. de; Oliveira, G. S. de; Alves, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, [s. l.], v. 20, ed. 43, p. 64-83, 23 nov. 2021.

STANTON, Elizabeth Cady (1891). The Matriarchate or Mother-Age. In: **Transactions of the national council of women of the United States**, assembled in Washington, D. C., February 22 to 25, 1891. Philadelphia: Lippincott Co., 1891, p. 218-227.

TÁLAMO, M. F. G. M. **Linguagem Documentária**. São Paulo: APB - Associação Paulista de Bibliotecários, 1997. v. 1. 25 p. (1-12). Disponível em: <https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/linguagem-documentc3a1ria.pdf>. acesso: 18/07/2022

TELES, M. A. de A. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Primeiros Passos, 321).

VANZ, S. A. S; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003.

VOGT, C.; GOMES, M.; MUNIZ, R. **ComCiência e divulgação científica**. Campinas, Sp: Bccl/ Unicamp, 2018. 274 p.

VOLPATO, G.L. Publicação científica: desmistificando o drama. In: **ENCONTRO**

SOBRE METODOLOGIA CIENTÍFICA, 2., 2005, Piracicaba. Anais... Piracicaba: ESALQ, 2005.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The information scientist**, v.9, n.4, p.127-140, 1975.

WITTING, M. **La pensée straight**. Paris: Éditions Amsterdam, 2007. WOJDON, Joanna; WIŚNIEWSKA, Dorota. **PUBLIC IN PUBLIC HISTORY**. New York, Ny: Routledge, 2021. 52 p.

WOLLSTONECRAFT, M. **The Vindications: The Rights of Men and The Rights of Woman**. Eds. D.L. Macdonald and Kathleen Scherf. Toronto: Broadview Press, 1997.

YOUNG, I. M. Representação política, identidades e minorias. **Revista Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

Apêndice A - Referências corpus de análise

ROMEIRO, N. L.; SILVA, F. C. G. da; LIMA, G. S.; GARCEZ, D. C.; SALDANHA, G. S. Classificando o feminicídio: linguagens ordinárias e ódio em circulação na web. **XX Enancib: A ciência da informação e a ciência de dados**, Florianópolis, p. 1-22, out. 2019.

RIBEIRO, A.R.P.; DECOURI, B.; AMEIDA, I. A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. **Informação e Informação**. Londrina, v.2, n.22, p.208-234, 2017.

PINHO, F.A. Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas à gênero e sexualidade em linguagens documentais. **Informação e Informação**. - Londrina, v.2, n.22, p. 117-143, 2017.

PINHO, F. A.; MILANI, S.O. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. **Legion: filosofia da Informação**. Rio de Janeiro, v.2, n.6, p. 84-103, 2020.

SOUSA, P.B.; TOLENTINO, V.S. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. **Informação e Informação**. Londrina, v.1, n.25, p. 166-207, 2017.

SANTOS, A.; COSTA, A.; BARROS, C.M.; VITAL, L.P. Representação terminológica da população negra em tesouros. **Informação e Informação**. Londrina, v.1, n.25, p. 254-275, 2020.

BISSOLI, B.S.; COVELLO, L.G.; PISSELI, B.I.; SANTOS, R.A. Identidade de gênero e diversidade sexual: proposta de elaboração de microtesauro. **V Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia: Documentação, gestão e ciência da informação [S.l]**, p. 1-13, 2018.

Spremović-Radenović, S.; Stefanović, A.; Kadija, S.; Jeremić, K.; Sparić, R. Classification and the diagnostics of abnormal uterine bleeding in nongravid women of reproductive age: The PALM-COEIN classification system adopted by the International Federation of Gynecology and Obstetrics. **Vojnosanit Pregl**, v. 12, n. 73, p.1154-1159. 2016.

SAMUELSSON, J. Knowledge Organization for Feminism and Feminist Research: a discourse oriented study of systematic outlines, logical structure, semantics and the process of indexing. **Knowledge Organization**. V.1 N. 37, P.3-28. 2010.

MENEZES, V.S. A mulher como informe: uma maculatura desclassificada na tipografia do informar. **Liinc Revista**, Rio de Janeiro, v.2, n.14, p.136-151, 2018.

PINHO, F.A.; MILANI, S.O. Metáfora e orto feminismo na representação de assunto. **Complexidade e Organização do Conhecimento: Desafios do nosso século** p. 246-251. 2023.

Fox, M.J. “Priorities of Arrangement” or a “Hierarchy of Oppressions?": Perspectives on Intersectionality. **Knowledge Organization**. v.5, n.43, p. 373-383, 2016.

ADAMEK, A.; GANN, E. Whose Artifacts? Whose Stories? Public History and Representation of Women at the Canada Science and Technology Museum. **História Crítica**. n.68, p.47-66, 2018.

SANTOS, R. F.; NEVES, D. A. B.; CORTES, G. R.; SILVA, L. F. A representação colaborativa da informação e a construção de linguagens documentárias sobre diversidade de gêneros: análise das contribuições do dicionário de gêneros – “só quem sente pode definir”. **XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Marília, p. – 1-20, 2017.

Apêndice B – Referências mais utilizadas no domínio mulheres e feminismos:

- AGAMBEN, G. **A linguagem e a morte**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006
- AGAMBEN, G. **A potência do pensamento**. Lisboa: Relógio D'água, 2013.
- AGAMBEN, G. **Bartleby, escrita da potência**: Bartleby, ou, Da contingência. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.
- AGAMBEN, G. **El fuego y el relato**. Madrid: Sexto Piso, 2016
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- AGAMBEN, G. **La ragazza indicibile**: mito e mistero di Kore. Milão: Electa, 2011.
- AGAMBEN, G. **Medios sin fin**: notas sobre la política. Valencia: Pre-Textos, 2001.
- AGAMBEN, G. **O uso dos corpos**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BERMAN, S. **Prejudices and Antipathies**: a tract on the LC Subject Heads Concerning People. Metuchen, NJ: Scarecrow, 1971.
- BERMAN, S. Out of the kitchen – but not into the catalog. **Technical services quarterly**, .2 (1/2): p. 167-71, 1984.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./ abr. 2007.
- CAPURRO, R. **What is information science for?** A philosophical reflection was published in: Pertti Vakkari, Blaise Cronin Eds.: *Conceptions of Library and Information Science. Historical, empirical and theoretical perspectives*, London: Taylor Graham 1992, pp. 82-98
- CAPURRO, R. On the genealogy of information. In: KORNWACHS, K. J. (Ed.). **Information**: new questions to a multidisciplinary concept. Berlin: Verlag, p. 259-270. 1996.
- CAPURRO, R. Pasado, presente y futuro de la noción de información. In: **ENCUENTRO INTERNACIONAL DE EXPERTOS EM TEORIAS DE LA INFORMACIÓN**: un enfoque interdisciplinar, 1., 2008, León. Anais... León: Proycto: BITrum, 2008.

CASSIN, B. **Aristóteles e o logos: contos da fenomenologia comum**. São Paulo: Loyola, 1999.

CASSIN, B. **Jacques, o sofista**: Lacan, logos e psicanálise. São Paulo: Autêntica, 2017.

CASSIN, B. O dedo de Crátilo. **Ensaaios sofísticos**. São Paulo: Siciliano, 1990.p. 27-37.

CASSIN, B. **O efeito sofístico**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

CASSIN, B. Que quer dizer: dizer alguma coisa? **Discurso**, v.20, p. 19-39,1993.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a New Science?. **Knowledge Organization**, [S. l], v. 33, n. 1, p.11-19, 2006.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, v.20, n.4, p.211-222, 1993

DERRIDA, J. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DERRIDA, J. **Enlouquecer o subjétil**. São Paulo: Ed. Unesp: Imprensa Oficial, 1998.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2013 DERRIDA, J. **Papel-máquina**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004

FOX, M. J. Prototype Theory: An Alternate Concept Theory for Sex and Gender? **Knowledge Organization**, p. 328-34, 2011.

FOX, M. J. Enabling Gender-Inclusivity In LIS Education Through Epistemology, Ethics, And Essential Questions. **Journal of Education for Library and Information Science**, p. 241-9, 2014a

FOX, M. J. Medical Discourse's Influence on Gender Classification in Three Editions of the Dewey Decimal Classification. **Knowledge Organization in the 21st Century: Between Historical Patterns and Future Prospects: Proceedings of the 13th International ISKO Conference, 19-22 May 2014 Krakow, Poland**, ed. Wieslaw Babik, Advances in Knowledge Organization 14. Würzburg: Ergon Verlag, p. 228-35. 2014

FOX, M. J. Legal Discourse's Epistemic Interplay with Sex and Gender Classification in the Dewey Decimal Classification. **Library Trends** v. 64, n. 4,2016.

FOX, M. J.; Reece, A. M. 2012. Which Ethic? Whose Morality?: An Analysis of Ethical Standards for the Organization of Information. **Knowledge Organization**, v. 39 p. 377-83, 2016.

FOX, M. J.. Olson, H. A. Essentialism and Care in a Female-intensive Profession. In: **Gender, Sexuality, Information: A Reader**, ed. Rebecca Dean and Patrick Keilty. Los Angeles: Library Juice Press, p. 48-61, 2013.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Científicamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a postepistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento em el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclassification (la razón como creencia y la OC como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 8, n. 1/2. 2014.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. In *Journal of Documentation*. v. 58, n. 4, p.422-462, 2002a

HJØRLAND, B. **Emnerepræsentation og informationssøgning**: bidrag til en teori på kundskabsteoretisk grundlag. Diss. Göteborg: Univ. 1993.

HJØRLAND, B. Theory and metatheory of information science: a new interpretation. **Journal of documentation**. v. 54, p. 606-21, 1998

HJØRLAND, B. Epistemology and the sociocognitive perspective in information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology** v. 53 p. 257-70, 2002b

HJØRLAND, B. Domain Analysis: A SocioCognitive Orientation for Information Science Research. **Bulletin of the American Society for Information Science & Technology** v. 30 p. 17-21, 2004.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization? **Knowledge organization** v.35, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B. Concept theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60 n. 8 p. 1519-36, 2009.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. **Toward a new horizon in information science**: domain analysis. Copenhagen: Royal School of Librarianship. 1995.

MIRANDA, M. L. C. A Organização do conhecimento e seus paradigmas científicos: uma abordagem epistemológica. **Informare** - Cad.prog.pósgrad.ci.inf, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 64-77, jul./dez. 1999. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/41854#>. Acesso: 07abr. 2022.

MIRANDA, M. L. C. A Organização do Etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 8., 2007, Salvador. Anais [...].

Salvador: PPGCI, UFBA, 2007.

MIRANDA, M. L. et al. A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento (CDD, CDU E LCSH). In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 17., Anais [...]. 2016.

MIRANDA, M. L.; OLIVEIRA, J. X.; PARANHOS, J. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas na CDD e na CDU. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 14., 2011, Maceió. Trabalhos técnico-científicos. Maceió: FEBAB, 2011.

OLSON, H.; NIELSEN, J.; Dippie, S. Enciclopaedist rivalry, classificatory commonality, illusory universality. In: LÓPEZ HUERTAS, M.J. (Ed.). **Proceedings of the Seventh International Isko Conference: advances in knowledge organization**. Würzburg: Ergon Verlag, p. 457-464, 2002.

Olson, H. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. In: **Library Trends** 56(2): 509-541, 2007.

OLSON, H. A. The power to name: locating the limits of subject representation in libraries. **Dordrecht**: Kluwer Academic Publishers, 2002

OLSON, H. A. Exclusivity, teleology and hierarchy: our aristotelean legacy. **Knowledge organization**, v. 26, n.2, p. 65-73, 1999.

OLSON, H. A. Transgressive deconstructions: feminist/postcolonial methodology for research in Knowledge Organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (org.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2003.

Olson, H. A. Subject access to women's studies materials: Cataloging heresy: challenging the standard bibliographic product. In Weinberg, Bella Hass, ed. **Proceedings of the Congress for Librarians**, Feb. 18, 1991.

Olson, H. A. Dewey thinks therefore he is: the epistemic stance of Dewey and DDC. In Green, R, ed., **Knowledge organization and change: proceedings of the Fourth International ISKO Conference 15-18 July 1996**, Washington, DC. Frankfurt/Main: Indeks Vlg., pp. 302-12, 1996.

Olson, H.A. Dewey Thinks Therefore he is: The Epistemic Stance of Dewey and DDC." In: **Knowledge organization and change**. Proceedings of the Fourth International ISKO Conference 15-18 July 1996, Washington, D.C. USA, ed. Rebecca Green. Advances in knowledge organization 5. Frankfurt/Main: Indeks Verlag, p. 302-12, 1996.

Olson, H. A. The Feminist and the Emperor's New Clothes: Feminist Deconstruction as a Critical Methodology for Library and Information Studies. **Library & Information Science Research** v. 19, p. 181-98, 1997.

Olson, H. A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. **Library trends** v. 47 n. 2, p. 233-54, 1998.

Olson, H. A. Patriarchal Structures of Subject Access and Subversive Techniques for Change. **The Canadian Journal of Information and Library Science** v. 26, p.1-26, 2001a.

Olson, H. A. The power to name: Representation in library catalogs. **Signs: journal of women in culture and society** v. 26 p. 639-68, 2001b.

Olson, H. A. Sameness and Difference: A Cultural Foundation of Classification. **Library Resources and Technical Services** v. 45 p. 115-22. 2001c.

Olson, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher. 2002a

Olson, Hope A. If it's there, can you find it? Bibliographic control. In: Olson, Hope. ed., **Information sources in women's studies and feminism**: guide to information sources. München: Saur, p. 100-14, 2002b.

Olson, H. A. 2004. The Ubiquitous Hierarchy: An Army to Overcome the Threat of a Mob. **Library Trends** v. 52, n. 3 p.604-16, 2004

Olson, H. A. How we construct subjects: a feminist analysis. **Library trends** v.56 n. 2 p. 509-41, 2007.

Olson, H. A. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. **Library Trends** v. 56, n. 2 p. 509-41, 2007.

Olson, H. A.; Schlegl, R. Standardization, Objectivity, and user focus: A meta-analysis of subject access critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, v.32, n. 2 p. 61-8, 2001.

Olson, H. A.; Ward, D. B. Feminist locales in Dewey's landscape: mapping a marginalized knowledge domain. **Knowledge organization for information retrieval**: Proceedings of the Sixth International Study Conference on Classification Research, 16-18 June, London, UK, FID, The Hague, p.139-45,1997.

PINHO, F. A.; NASCIMENTO, F. A.; MARINHO, A. C. M. A contribuição da Organização do Conhecimento para a memória da homoafetividade. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 14., 2013, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, p. 1-20, 2003.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Disseracoes/pinho_fa_do_mar.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

PINHO, Fabio Assis; DE MELO, Letícia Alves Félix; DE OLIVEIRA, Jéssica Pereira. Os assuntos gênero e sexualidade. **Brazilian Journal of Information Science**:

research trends, v. 13, n. 2, p. 36-47, 2019.

PINHO, Fabio Assis. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014.

SPREMOVIC-RADJENOVIC, S.; LAZOVIC, G.; NIKOLIC, B. **Puberty and reproductive health: diseases caused by hormone insufficiency and hormone resistance**. Vojnosanit Pregl v. 63 n. 12, p. 1021–6, 2006.

SPREMOVIC-RADJENOVIC, S.; POPOVIC, V.; MATIJASEVIC, S.; LAZOVIC G.; PETKOVIC, S. **Effect of opioids and gamma-aminobutyric acid on ovulation**. Srpsk Arh Celok Lek v. 125, n. 11–12, p. 329–32. 1997.

SPREMOVIC-RADJENOVIC, S.; FIGO. Classification of abnormal uterine bleeding in nonpregnant women of reproductive age (PALM-KOENIG classification). In: Stefanovic A, editor. **Proceedings of the XVII Symposium of Association of Gynecologists and Obstetricians of Serbia**, Montenegro and Republic Srpska; 2015 Sept 18–19; Belgrade: Službeni glasnik; p. 48–51, 2015.

SPREMOVIC-RADJENOVIC, S. The influence of combined hormonal contraception on reproductive system. In: Lazovic G, editor. **Contraception**. Belgrade: School of Medicine, University of Belgrade; p. 43–5, 2012.

St. Pierre, E. A., & Lather, P. Post qualitative research. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 26, p. 629-633, 2013.

St. Pierre, E. A., Jackson, A. Y., & Mazzei, L. New empiricisms and new materialisms: Conditions for new inquiry. **Cultural Studies ↔ Critical Methodologies**, v. 16, p. 99-110, 2016.

St. Pierre, E. A. Post qualitative research: The critique and the coming after. In N. Denzin & Y. Lincoln (Eds.), **The handbook of qualitative research** (pp. 611-625). Thousand Oaks, CA: Sage, 2011a.

St. Pierre, E. A. Refusing human being in humanist qualitative inquiry. In N. K. Denzin & M. D. Giardina (Eds.), **Qualitative inquiry and global crises**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, p. 40-55, 2011b.

St. Pierre, E. A. Another postmodern report on knowledge: positivism and its others. **International Journal of Leadership in Education: Theory and Practice**, v. 15, p. 483-503, 2012.

St. Pierre, E. A. The posts continue: Becoming. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 26, p. 646-657, 2013.

St. Pierre, E. A. Post qualitative inquiry: Keynote lecture. **Paper presented at the Australian Association for Research in Education/New Zealand Association for Research in Education**, Brisbane., 2014.